

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**Arte como Mediação em Serviço Social**

**Viviane Maria Potier**

FLORIANÓPOLIS/SC  
2006/1

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 05/09/06

  
Rosana Maria Gato  
Depto de Serviço Social / CSE

**Viviane Maria Potier**

**ARTE COMO MEDIAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Vanessa Juliana da Silva

**FLORIANÓPOLIS/SC**  
**2006/1**

**VIVIANE MARIA POTIER**

**ARTE COMO MEDIAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal da Santa Catarina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora  
**Vanessa Juliana da Silva**

---

1º Examinadora  
**Ms. Maria Dolores Thiesen**

---

2º Examinadora  
**Cristiane Claudino**

**Florianópolis, 2006/1.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus que esteve presente comigo em toda essa trajetória animando as minhas forças, a Jesus pela sua infinita misericórdia, a Nossa Senhora que com o seu manto acalmou o meu coração e ao Divino Espírito Santo que iluminou as minhas leituras.

A minha família, especialmente os meus pais João e Teresinha pelo amor e dedicação. E aos meus irmãos Diogo e Vanessa pelo apoio e incentivo.

Ao meu namorado Rodrigo, pelo carinho, compreensão, apoio e digitação durante esse tempo.

A professora Vanessa Juliana da Silva minha orientadora, pelo acolhimento e disposição durante esse processo.

A minha supervisora de campo Andrea Zapelini, por autorizar a realização da Oficina SocialArte de Educação Social e também por ter contribuído para a minha maturidade profissional durante o processo de Estágio Curricular Obrigatório.

Ao Pe. Márcio Alexandre Vignole por ter permitido a realização do estágio na Assistência Social São Luiz e pelas palavras de sabedoria.

A equipe da Rádio Cultura tão disponíveis em colaborar com o trabalho especialmente: Olindamir, Lílian, Locutor Xande, Dj. Gilberto e locutor Paganini.

Aos meus grandes amigos André, Suliane e Paulo obrigada pelo apoio transmitido.

À você Denise Maria muito obrigada, pela amizade sincera e por ter colaborado de forma singular nesse processo.

Agradeço, a minha amiga de curso e agora colega de Serviço Social Elenice, pelos momentos de aprendizado, reflexão, alegria e partilhada. Sinto saudades!

A Fernanda da Comunidade Divino Oleiro pelo incentivo, companheirismo e orações!

Agradeço a todos que de forma ou de outra estiveram presentes no decorrer dessa jornada e que não foram citados, mas que estão presentes no meu coração, pela força, incentivo e confiança.

A todos....

Muito Obrigada!!!

*“O conhecimento é humilde.  
Quanto mais se conhece, mais se  
percebe o quanto falta para alcançar  
seu cume. Lugar que talvez nunca seja  
atingido, embora isso não nos dispense  
da subida. O cume nos aguarda como a  
flor aguarda o beija flor, e como a noite  
aguarda a aurora”.*

***Gabriel Chalita***

## RESUMO

POTIER, Viviane Maria. **Arte como Mediação em Serviço Social**. 2006. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso se configura, numa pesquisa qualitativa com base na experiência de Estágio Curricular obrigatório do Curso de Serviço Social na Assistência Social São Luiz, mais especificamente no Programa Sócio-Educativo em meio-aberto: Projeto Esperança no período de agosto a dezembro de 2005. Tendo como propósito o estudo sobre abordar o uso da arte em ações sócio-educativas como forma de mediação em Serviço Social. Utilizando como objeto de estudo a Oficina SocialArte de Educação Social foi realizada no período posterior ao Estágio Curricular Obrigatório buscando-se dentro da Temática dos Direitos da Criança e do Adolescente, focar a questão do indivíduo enquanto cidadão de direitos, na perspectiva de conquista através do processo de informação e conscientização, capacitando-os a construção de novos caminhos para a vivência da cidadania plena, utilizando a arte como forma de reflexão e expressão. Após a base teórica, resgatando a história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil abordando a legislação vigente, desde o Código de menores até o Estatuto da Criança e do Adolescente-E.C.A em 1990, da caracterização do Programa Sócio-educativo em meio-aberto: Projeto Esperança, da Assistência Social São Luiz e do Morro do Horácio Luiz, apresenta-se o processo de trabalho do Serviço Social, considerações sobre Mediações e Serviço Social, a atuação em grupo no processo de trabalho do Serviço Social, operacionalização da Oficina SocialArte de educação Social, demonstração e avaliação dos resultados por meio da utilização de depoimentos que apresentaram uma resposta à nossa prática realizada, os resultados obtidos através dos participantes demonstraram o alcance dos objetivos da Oficina, pois o estímulo à participação sempre foi algo trabalhado na oficina através do diálogo e da conscientização. A perspectiva educativa por meio da arte, facilitou no desenvolvimento dos integrantes fortalecendo o vínculo e melhorando a auto-estima, contribuindo assim para uma melhoria das relações interpessoais. Possibilitou também aos adolescentes, maior reconhecimento de seus direitos e deveres, despertando atitudes críticas e reflexivas, levando os mesmos a perceberem-se enquanto cidadãos.

**Palavras-chave:** Adolescente. Mediações. Oficina SocialArte de Educação Social.

## SIGIAS

ASA	Ação Social Arquidiocesana
E.C.A	Estatuto da Criança e do Adolescente
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
FEBEM	Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
L.B.A	Legião Brasileira de Assistência
L.O.A.S	Lei Orgânica de Assistência Social
PNBEM	Política Nacional de Bem-estar do Menor
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNISSUL	Universidade do Sul de Santa Catarina

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Idade dos adolescentes pesquisados.....	45
GRÁFICO 2 – Localidade dos adolescentes pesquisados.....	47
GRAFICO 3 _ Número de pessoas residentes na casa do adolescente.....	48
GRAFICO 4 – Formação dos adolescentes entrevistados.....	49
GRAFICO 5 – À prática de esporte dos adolescentes pesquisados.....	50
GRAFICO 6 – Religião que os adolescentes praticam.....	52



## LISTA DE FOTOS

1- Grupo realizando a atividade.....	70
2- Apresentação dos alunos ao vivo.....	72
3- Equipe da Rádio Cultura com os alunos do Projeto Esperança.....	73
4- Apresentação do Teatro.....	74
5- Foto dos alunos realizando as atividades.....	75
6- Foto ilustrando o Cartaz.....	77

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I CRIANÇA E ADOLESCENTE: SUJEITOS DE DIREITOS</b> .....	13
1.1 A legislação da infância e adolescência na história do Brasil.....	13
1.2 O Código de Menores de 1927.....	15
1.3 O Código de 1979.....	16
1.4 Bases para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	17
1.5 O Estatuto da Criança e do Adolescente: mudanças, avanços alcançados e os limites de sua efetivação.....	20
<b>CAPÍTULO II PROGRAMA SÓCIO-EDUCATIVO EM MEIO ABERTO: PROJETO ESPERANÇA</b> .....	25
2.1 Assistência Social São Luiz.....	25
2.2 Ações desenvolvidas na Assistência Social São Luiz.....	31
2.3 Serviço Social na Assistência Social São Luiz.....	34
2.4 Caracterização do Morro do Horácio.....	36
2.5 Caracterização do Programa Sócio-Educativo em meio aberto: Projeto Esperança.....	40
2.6 Perfil sócio-cultural dos adolescentes inseridos no Projeto Esperança especificamente os alunos da Turma três.....	44
<b>CAPÍTULO III MEDIAÇÕES EM SERVIÇO SOCIAL: O TRABALHO COM OFICINAS</b> .....	59
3.1 O processo de trabalho do serviço Social.....	59
3.2 Mediação e Serviço Social.....	63
3.3. Oficina SocialArte de Educação Social: Demonstração e Avaliação dos Resultados...66	
3.3.1 Operacionalização da Oficina SocialArte de Educação Social.....	68
3.3.2 Avaliação da prática realizada.....	77
3.4 Serviço Social e Ações Sócio-Educativas.....	81
3.5 Educação Popular e o Serviço Social.....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94
<b>ANEXOS</b> .....	99

## INTRODUÇÃO

A elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso se configura, numa pesquisa qualitativa com base na experiência de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social na Assistência Social São Luiz, mais especificamente no Programa Sócio-Educativo em meio-aberto: Projeto Esperança no período de agosto a dezembro de 2005. Onde realizamos o estudo do Perfil Sócio-Cultural dos Adolescentes inseridos no projeto, trazendo subsídios para a realização da Oficina Socialarte de Educação Social.

O Tema abordado \_ Arte como Mediação em Serviço Social com o propósito de estudo sobre o uso da arte em ações sócio-educativas como forma de mediação em Serviço Social. Utilizando como objeto de estudo a Oficina SocialArte de Educação Social onde abordaremos a importância da arte como forma de mediação em Serviço Social, por meio do trabalho com Oficinas.

Para melhor compreensão do leitor sobre a escolha do tema, é importante destacar que por meio da realização do Estágio Curricular Obrigatório na Assistência Social São Luiz - Programa Sócio-Educativo em Meio -Aberto: “Projeto Esperança”; após a realização de uma oficina de musica, sentiu-se a necessidade de abordar a temática dos Direitos da Criança e do Adolescente devido ao desconhecimento dos adolescentes inseridos no projeto da Turma Três, acerca do ECA. Entendendo a imprescindibilidade de instrumentalizar no tocante as informações referente aos direitos sociais, desenvolvemos a Oficina SocialArte de Educação Social que foi realizada no período posterior ao Estágio Curricular Obrigatório buscando-se dentro da Temática dos Direitos da Criança e do Adolescente, focar a questão do indivíduo enquanto cidadão de direitos, na perspectiva de conquista através do processo de informação e conscientização, capacitando-os na construção de novos caminhos para a vivência da cidadania plena, utilizando a arte como forma de reflexão e expressão. Desse modo, o nome Socialarte nos remete a junção do Social e a arte significando: mãos que querem socializar o direito a informação, mãos que querem transformar e criar.

Desse modo, a metodologia utilizada para a realização desse estudo foi a Pesquisa bibliográfica, Oficina de Música e as entrevistas para a realização do Perfil Sócio-

cultural. Buscou-se estruturar esse trabalho de forma a fazer com que haja a compreensão do tema organizado-o em três capítulos, de modo sistêmico.

O primeiro capítulo busca resgatar a legislação da infância e adolescência na história do Brasil, discorrendo em sub-itens, do surgimento do Código de Menores de 1927, o Código de Menores de 1979 e por fim a Doutrina da Proteção Integral destacando as principais mudanças e avanços alcançados na promulgação e publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como os limites de sua efetivação.

No capítulo seguinte foi apresentada a caracterização do Programa Sócio-Educativo em meio aberto: Projeto Esperança, bem como o resgate histórico da Assistência Social São Luiz bem como, do Serviço Social, utilizando como fonte de pesquisa os Trabalhos de Conclusão de Curso das estagiárias do Curso de Serviço Social que atuaram na instituição, nos anos de: 1963, 1969, 1971, 1974, 1975 e 2001, utilizando também o Relatório de Estágio Curricular Obrigatório. Mostrando sua estrutura, seus objetivos e projetos especificamente o Programa Sócio-educativo: Projeto Esperança, como também o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na instituição. O Serviço Social atua mais diretamente através do projeto referido, portanto, abordaremos na seqüência o Serviço Social na instituição. Seguidamente será apresentada, a caracterização do Morro do Horácio uma e por fim será apresentado o Perfil Sócio-Cultural dos adolescentes realizados por meio de entrevista individuais priorizando a Turma Três do período Vespertino com 18 (dezoito) alunos do referido projeto.

No terceiro capítulo enfoca-se a atuação profissional no tocante a mediação e Serviço Social, por meio da realização da Oficina SocialArte de Educação Social. Apresentaremos o desenvolvimento da Oficina, a demonstração e avaliação dos resultados, como também o processo de trabalho do serviço social por meio de ações sócio-educativas. Entendendo que o Assistente Social deve atuar como educador social, apresentaremos considerações sobre o Serviço Social e as ações sócio-educativas, bem como os princípios da Educação Popular que utiliza a arte como um instrumento de aprendizado e reflexão quanto à garantia de direitos.

Apresentaremos também as considerações finais, as referências apresentadas no decorrer do trabalho e os anexos.

## 1. A Criança e o Adolescente como sujeitos de direitos.

A história sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil se inicia no começo do século XX, tendo como marco na história, o surgimento de uma legislação que efetivamente regulamentasse e garantisse os direitos dessa população: o Estatuto da Criança e do Adolescente-E.C.A.

Uma legislação de caráter não repressivo garantindo direitos a essa parcela da população independente de sua classe social, ao contrário das legislações anteriores que tinham um caráter assistencialista e protetor, buscando defender a sociedade de seus membros menos ilustres, mediante ênfase no internamento institucional (SOUSA, 1998).

A partir do E.C.A crianças e adolescentes, sem distinção de raça, cor, etnia, classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, considerados em sua condição de pessoas em desenvolvimento e a quem se deve prioridade absoluta, na formação das políticas públicas e destinação privilegiada de recursos das diversas instâncias político-administrativas do país.

No Brasil nas duas primeiras décadas do século XX um grande número de leis foram produzidas na tentativa de regulamentar a situação da infância.

É significativo contextualizarmos a trajetória da infância no país, destacando o longo caminho percorrido por três correntes doutrinárias. Desse modo será demonstrado no decorrer deste capítulo a legislação da infância e adolescência na história do Brasil, surgimento do Código de Menores de 1927, do Código de Menores de 1979 e por fim a Doutrina da Proteção Integral destacando as principais mudanças e avanços alcançados na promulgação e publicação do E.C.A.

### 1.1 A legislação da infância e adolescência na história do Brasil

Até 1900, não havia qualquer atuação do Estado no sentido de atender as necessidades sociais da população brasileira. Quem administrava o atendimento era a Igreja por meio das Santas Casas de Misericórdia, única instituição de assistência a criança e ao adolescente durante um século e meio praticamente.

As Santas Casas de Misericórdia, também eram conhecidas como “roda dos expostos” que foram inventadas na Europa Medieval e trazidas pelo Brasil no séc. XVIII<sup>1</sup>.

Segundo Leite (1991, p.98):

Os governantes a criavam com o objetivo de salvar a vida de recém-nascidos abandonados, para encaminhá-los depois para trabalhos produtivos e forçados. Foi uma das iniciativas sociais de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e na vadiagem.

A legislação para a infância no Brasil inicia-se nas primeiras décadas do império destacando a situação da criança órfã e exposta. Os atendimentos a infância desvalida ainda era realizado pela Igreja Católica, através das Santas Casas de Misericórdia, Irmandades, Congregações, Confrarias e outras organizações de caráter religioso. Atendimentos esses fundados na ideologia cristã de amparo e assistência, realizados através de pessoas religiosas ou caridosas com subsídios do Estado (SOUZA, 1998) (ROSA, 2001).

Segundo Souza (1998, p.43):

Nessas legislações era atribuído um peso considerável a formação educacional das crianças, base de organização do ensino público, ênfase que se fragiliza na República por meio de políticas discriminatórias, baseadas na classe social.

A autora também destaca a ênfase disciplinar através da educação religiosa e regularidade de costumes para boa ordem da sociedade, segundo determinações do imperador.

O Brasil no final do século XIX passa por grandes mudanças no cenário político e econômico, no tocante ao processo de urbanização e industrialização. A família passou a ser alvo dos atendimentos dos médicos higienistas e dos juristas através das crianças, nesse momento a infância passou a ser definida como um magno problema (SOUZA, 1998).

No início do século XX, a situação da infância é marcada por inúmeras leis promulgadas com o objetivo de regulamentar a infância, apesar do caráter severamente punitivo, ocorreram mudanças na concepção da assistência, passando a ser também incumbência do Estado; acrescentando-lhe um caráter sócio-jurídico.

---

<sup>1</sup> Reflexões feitas a partir de anotações das aulas da disciplina de Serviço Social e Política de Atenção a criança e ao Adolescente da 5ª fase do Curso de Serviço Social, sob a responsabilidade da Professora Marli Palma de Souza.

## 1.2 O Código de Menores de 1927

Em 1921 por autorização do Presidente da República em exercício Eptácio pessoa, a União destina recursos para organizar o serviço de assistência e proteção a infância “abandonada” e “delinqüente”<sup>2</sup> e em 1927 criou o I Código de Menores, que resultou dos esforços em favor da criança do juiz de Menores Mello Mattos, considerado o primeiro Código de Menores do país e também o primeiro da América latina, destinado às pessoas que se encontravam em situação de abandono moral e social (SOUSA, 1998).

O Código institucionalizava o dever do Estado, passando a ter o dever de assistir os menores de idade, tendo a responsabilidade de regenerar e educar, mas eram tratados como objetos de coerção. Esse Código tinha o caráter corretivo, desse modo a internação se configurava numa solução possível para uma socialização resignada, devido à ausência dos pais em relação aos filhos.

A questão da legislação se intercrusa com os aspectos sócio-econômico-políticos de cada época, que juntos tecem a complexa malha social. A definição de uma Política Pública ou sua ausência dirigida às crianças e aos adolescentes também encontra-se nesse contexto, tratando-se de um aspecto importante para a compreensão do percurso histórico nessa área (ROSA, 2001).

Na década de 30 durante o governo Vargas, por meio da criação de diversos órgãos nacionais com representações estaduais e municipais observou-se uma evidência na assistência, podemos destacar a criação da Legião Brasileira de Assistência-L.B.A.; no tocante à ênfase no amparo, em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor- SAM, um órgão do Ministério da Justiça, instituído pela necessidade de manter a ordem social equivalente ao Sistema Penitenciário com casas de correção e reformatórios. Um sistema de atendimento para adolescentes autores de infração penal e patronatos para “menores carentes e abandonados” ou seja, aos desvalidos e delinqüentes (ROSA, 2001).

Referente ao SAM, Carvalho nos aponta (2000, p.186):

---

<sup>2</sup> Os termos entre aspas [”] se referem a Terminologia empregada pelas autoras e vigentes no período destacado.

[...] tinha o objetivo de proporcionar em todo o território nacional, uma assistência social, sob qualquer forma, aos menores carentes e infratores da lei penal [...] agregava a uma perspectiva corretiva alguns objetivos de natureza protecionista, valorizando-se a necessidade de estudos e pesquisas, bem como uma assistência psicopedagógica aos menores considerados carentes e delinquentes.

Esses objetivos não se concretizaram, pois as escolas de reeducação utilizavam como instrumento de correção a coerção, a disciplina e os maus tratos e a assistência financeira prevista para os estados de federação acabou não se materializando (CARVALHO, 2000).

No regime militar de 1964 a atuação da imprensa no tocante à opinião pública sobre o caráter repressivo e desumanizante do SAM, contribuiu para que o mesmo passasse a ser conhecido como “universidade do crime” e “sucursal do inferno”(ROSA, 2001).

Neste mesmo ano foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor-FUNABEM, substituindo o SAM e tendo como referência a Declaração dos Direitos da Criança aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1959. Tendo a responsabilidade de formular e implantar a Política Nacional de Bem-estar do Menor-PNBEM as suas ações eram voltadas para a orientação, coordenação e fiscalização dos órgãos executores: Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem). O enfoque correcional-repressivo, que considerava a criança e o adolescente pobre como ameaça social, foi substituído nesse momento pelo enfoque assistencialista, passando a identificá-los como “carentes” (ROSA, 2001).

O Código de Menores de 1927 se configurou como uma lei fundamentada na arbitrariedade, assistencialismo e repressão. Mas vale destacar que a partir do mesmo passou-se a atender este segmento da população de maneira diferenciada dos adultos.

### 1.3. O Código de Menores de 1979

É aprovado, em 1979 o Código de Menores, conhecido também como a Doutrina da Situação irregular ou Doutrina Tutelar do Menor, um período onde culpabilizavam a família considerando os atos dos filhos como sendo um desvio de conduta, em virtude da



grave inadaptção familiar e comunitária. Sendo vítimas de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis, não tratando a criança e o adolescente como seres humanos, mas sim como “coisas”(Informação Verbal)<sup>3</sup>.

O Código de 1979 não rompeu com a linha de atendimento do anterior e introduziu o conceito de “menor em situação irregular”, conforme FALEIROS (1995, p. 81) o mesmo define como situações irregulares:

[...] a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus-tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou por encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. Assim, as condições sociais ficam reduzidas à ação do pai ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tomando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor: assistência, proteção ou vigilância. Na prática, consagra o que vinha fazendo a Funabem.

A aprovação do Código aprimorou a intervenção do Estado, sendo que na maioria das vezes a proteção se configurava na internação em entidade de “acolhimento”, onde seriam supridas as “carências” decorrentes da incapacidade dos pais ou responsáveis. Segundo a doutrina da situação irregular, os problemas dos menores estavam no abandono moral, afetivo e material. Desse modo, a família e a escola eram consideradas responsáveis pelo controle e socialização das crianças e adolescentes, não fazendo a distinção entre abandonados e delinquentes (ROSA, 2001).

Configura-se nesse momento uma distinção entre as crianças e adolescentes que são privilegiados por fatores econômicos favoráveis e aqueles que se encontram em circunstância irregular, ou seja, que vivem em situação de pobreza.

#### 1.4 Bases para o Estatuto da Criança e do Adolescente

Somente a partir dos anos 80 é que houve o reconhecimento, por parte da sociedade referente a situação da infância no país. O contexto social da época, se configurava no

---

<sup>3</sup> Reflexões feitas a partir de anotações das aulas da disciplina optativa do curso de Direito: Direitos da Criança e do Adolescente, sob a responsabilidade da Professora Josiane Petry Veronese.

processo de redemocratização da sociedade com o Estado deixando de ser o único protagonista das ações na área social. Destaca-se, os movimentos sociais que buscam civildade e também os setores da Igreja onde ocorreram reformas, através do Concílio Ecumênico Vaticano II, quando priorizaram a formação das CEB(s)\_Comunidades Eclesiais de Base. Nesse momento os educadores e trabalhadores sociais da área da infância e juventude gradativamente começaram a reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos (ROSA, 2001).

Ocorreram nesse período debates em relação à proteção da infância e adolescência, um período marcado por avanços políticos e institucional, quanto à problemática da criança e do adolescente no Brasil, pois devido à falência da gestão centralizadora da Funabem ocorreu um aumento significativo, de crianças e adolescentes vivendo nas ruas da cidade, desse modo o governo passou a sofrer forte pressão em nível nacional e internacional, diante da situação da infância que se agravava, pois havia a presença em massa de crianças e adolescentes nas ruas, refletindo os resultados de um apolítica social excludente. “O menino de rua passa a representar emblematicamente, a situação da infância e juventude no país” SOUZA (1998, p.44).

Aos poucos foi se aprimorando o tratamento oferecido à criança e ao adolescente , nesse período o governo da Nova República anuncia o Programa de prioridades Sociais, um conjunto de intenções democráticas, incluindo-se o Programa “Prioridade à Criança” uma atenção especial as crianças de 0 a 6 anos, a ser executado pela LBA.

A sociedade civil se manifesta através da organização de uma Comissão Nacional Constituinte em 1987, com representantes das organizações governamentais e não-governamentais, reunindo em todo o país grupos como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Pastoral do Menor, Comissão Nacional da Criança, entre outros. Uma articulação decorrente da necessidade de elaborar uma lei que revogasse o Código de menores e a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, realizou-se um Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente. Com encontros em todo o país, que subsidiaram a elaboração de uma lista de recomendações à Assembléia Constituinte sobre os direitos das crianças e dos adolescentes (SOUSA, 1998),(CARVALHO, 2000).

Segundo Carvalho (2000) sob o ponto de vista da PNBEM, as novas orientações propostas, para o período 87/89, definiram como prioridade as crianças e adolescentes de 7 a 18 anos, “marginalizados”<sup>4</sup>, em situação de risco pessoal e social extremos. Estabelecendo como situação de alto risco pessoal e social, a exploração pelo mundo do trabalho, profissionalização irregular (roubo, tráfico de drogas, mendicância, prostituição), aqueles que eram forçados a utilizar a rua como espaço de trabalho e habitação, os infratores do código penal e aqueles encerrados nas instituições.

Mas o objetivo da Funabem de resgatar a cidadania das crianças e adolescentes e o reforço da célula familiar, enfrentava como entrave o dispositivo operacional do código de menores de 1979.

Partindo do processo de redemocratização que garantiu a participação de vários setores da sociedade na definição dos novos rumos políticos e sociais, verifica-se uma mudança no campo das políticas de atendimento as crianças e adolescentes. O resultado da Assembléia Constituinte concretizou-se na inclusão do artigo 227 que introduz conteúdo e enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das nações Unidas – ONU, tendo como texto:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar á criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito á vida, á saúde, á alimentação, á educação, ao lazer, á profissionalização, á cultura, á dignidade, ao respeito, á liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Esta foi uma conquista que somada a aos esforços na elaboração e aprovação de uma nova lei que regulamentasse este dispositivo institucional e revogasse o código anterior e a Funabem.

Em 13 de julho de 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei n. 8.069/90 passando a vigorar em 13 de outubro do mesmo ano. Baseado na Doutrina da Proteção Integral que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, tendo como premissa fundamental a concepção de direito da criança e do adolescente e a afirmação de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

---

<sup>4</sup> Termo utilizado pela autora.

1.5 O Estatuto da Criança e do Adolescente: mudanças, avanços alcançados e os limites de sua efetivação.

O E.C.A consolida-se numa grande conquista voltada a proteção integral da criança e do adolescente conforme preconiza no artigo 4º, que a partir do seu advento:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Desse modo, o E.C.A considera a Família, a Sociedade e o Estado como co-responsáveis pela dignidade e pelos direitos dessa parcela da população. Trouxe também um outro entendimento sobre a criança e o adolescente, não mais vistos em “situação irregular”, mas adotando a “proteção integral”, concebendo essa população como sujeitos de direitos.

O E.C.A introduziu mudanças no campo de atendimento, da promoção e da defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme consta no artigo 87 do E.C.A, sob este aspecto CARVALHO ( 2000, p. 189) comenta que:

[...] as linhas de ação da política de atendimento abrangendo toda essa população, compreendendo as políticas sociais básicas consideradas direitos do cidadão e dever do estado como: saúde, educação, trabalho, habitação, lazer, segurança, dentre outras; política de assistência social, voltada aqueles que dela necessitam independentes de contribuição a Seguridade Social: serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial as vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; proteção integral, crianças e adolescentes passam a ser considerados seres humanos em condição peculiar em desenvolvimento, sujeitos de direitos que devem ser prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado.

Ocorreram mudanças nos métodos de intervenção, não sendo mais de caráter punitivo, mas sim de respeito às fases de desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes. Acontecendo também uma mudança na gestão da política da infância e juventude implicando num reordenamento institucional em relação a União, os Estados e os Municípios.

Nesse momento de acordo com o E.C.A o município deve ter o controle das políticas públicas eliminando a prática das políticas de corte vertical, centralizado e deslocado do contexto das realidades locais. Um reordenamento que implica “novos

parâmetros de relação entre o Estado e Sociedade e a construção de uma nova estratégia de gestão política específica” no caso específico da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente CARVALHO ( 2000, p. 191).

O E.C.A também prevê a formação de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, trazendo grandes mudanças no contexto nacional, estadual e municipal. Onde cada município deve ter um Conselho Tutelar objetivando envolver a sociedade civil no controle das políticas públicas, bem como implementar e fiscalizar ações que visem a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

Essa lei ao contrário das anteriores assegura maneiras de se exigir o seu cumprimento e garante a participação da sociedade organizada nas decisões políticas. Referente a esse aspecto Veronese (1999, p. 202) assinala que:

Historicamente, Crianças e Adolescentes brasileiros foram tratados pela legislação como seres inferiores ou seja, como meros objetos de intervenção, tutelados pela lei e pela justiça. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece uma nova concepção do que seja criança e o adolescente, conceito este que se dirige a um universo de pessoas, independentemente de uma suposta “situação irregular” que os minorava, passando a contemplar a “proteção integral” e, portanto o que equivale dizer sujeitos de direitos.

As legislações anteriores eram baseadas em uma política filantrópica, na centralidade das decisões, distanciadas da realidade local e com recursos concentrados na esfera federal, dificultando a distribuição e aplicação na esfera municipal.

Nesse sentido o E.C.A pode ser considerado um avanço na medida que trouxe novas concepções e legalizou a prioridade absoluta que essa população possui, baseado em mecanismos pedagógicos, propostas de trabalhos educativos voltados a cidadania e uma justiça de caráter preventivo, redimensionando o atendimento priorizando a convivência familiar e comunitária (POTIER, 2005).

Referente a educação o E.C.A também garante, como sendo um dos direitos fundamentais conforme consta no artigo 53:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes;

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- direito de ser respeitado por seus educadores;

- III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores
- IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo Único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Desse modo reforça a educação de qualidade, o que compreende a escola e os espaços educativos que trabalhem a arte, o esporte, a cultura e o lazer. O E.C.A contempla o direito a esse segmento acessar e apropriar-se dos conhecimentos e benefícios sociais produzidos pela sociedade, desenvolvendo-se integralmente como cidadão. Neste item subteve-se o acesso e permanência na escola e outras redes sociais, que contemplem a doutrina da proteção integral como os projetos sócio-educativos sendo o caso do Programa Sócio-educativo em meio aberto: Projeto Esperança.

No entanto, ainda é possível perceber que essa população é desapropriada muitas vezes de sua cidadania dificultando assim, a implantação plena do Estatuto. Uma parcela considerável dessa população, ainda está excluída do acesso aos seus direitos básicos, com um projeto de vida partindo da necessidade, da falta de possibilidades e com a inserção social imediatista através do trabalho, do roubo, pedindo esmolas e etc. Impossibilitados de viver a sua infância, muitas crianças e adolescentes tornam-se trabalhadores precoces, vítimas, réus e carregam vários estigmas, sendo reconhecidos como “menor”, “pivete”, “malandro”, “trombadinha”, “abandonado”, “carente” etc. Sobrevivendo privados dos direitos inerentes à infância e à juventude, representando a trágica organização econômica, política e social do Brasil caracterizada pela distribuição de renda de forma desigual, pelo descaso da justiça e desrespeito à cidadania (ROSA, 2001).

De acordo com Souza (1998, p.47) o Estatuto desencadeou-se por meio de motivações como “a democratização da sociedade, uma distribuição de renda mais equitativa, a ampliação da cidadania e a ênfase nas políticas sociais básicas”.

Mas implementação integral do E.C.A ainda representa um desafio para todos envolvidos e comprometidos com a garantia dos direitos da população infanto-juvenil, referente às políticas dirigidas a essa população prevaleceu no Brasil até o presente a necessidade do controle social, conforme menciona Rizzini (1995, p.09):

Manteve-se o abismo incomensurável entre infâncias privilegiadas e menores marginalizados. Impuseram-se reiteradamente propostas assistenciais, destinadas a

compensar a ausência de uma política social efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e adolescentes, sem discriminações de qualquer natureza.

Sempre existiram crianças e adolescentes com seus direitos negados, apesar do Estatuto garantir a cobertura dos direitos fundamentais a toda essa população, verifica-se o não cumprimento desses direitos as camadas sociais que vivem em situação de vulnerabilidade social.

A família, o Estado e a Sociedade Civil não estão conseguindo dar conta das demandas decorrentes das situações de miserabilidade. Desse modo destaca-se o surgimento de organizações governamentais e não-o governamentais no Brasil, conforme Yasbeck (2000, p.15):

[...]as ONG's passaram a ter mais visibilidade nos anos 80/90 por seus investimentos na defesa de direitos sociais, da melhoria das condições de vida da população e da democratização do país-muitas delas expressam novos caminhos propositivos da sociedade civil[...] muitas delas surgiram e se consolidaram em tempos de ditadura e repressão, ligadas a educação popular [...].

Possuindo um projeto político em defesa dos direitos sociais através do fortalecimento da sociedade civil, as ONG's englobam instituições voltadas para projetos de desenvolvimento, de educação, direitos humanos podendo estar trabalhando diretamente com crianças e adolescentes, como é o caso da Assistência Social São Luiz (POTIER, 2005).

Principalmente porque conforme consta o artigo 4º do Estatuto, o Estado não assumiu essa responsabilização efetivamente, muitas famílias encontram-se em situações de vulnerabilidade social não conseguindo sustentar devidamente os filhos tendo que em muitos casos trabalhar em mais de um local para garantir o sustento da família, tendo que deixar os filhos em casa, a mercê dos perigos existentes nos locais onde residem.

Desse modo o Programa Sócio-educativo em meio-aberto: Projeto Esperança, vem de encontro ao que consta no artigo 90 do ECA:

As entidades de atendimentos são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a criança e ao adolescente, em regime de:

- I- orientação e apoio sócio-familiar;
- II- apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III- colocação familiar;

- IV- abrigo;
- VI- liberdade assistida;
- VII- semiliberdade;
- VIII- internação.

Parágrafo Único. As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder a inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e ao Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e a autoridade judiciária

Verifica-se que a exclusão social, de violência, de negligência familiar entre outras situações desencadeiam obstáculos a efetivação do E.C.A. . No tocante a possibilidade da aplicação efetivação do E.C.A, em relação ao desmonte das políticas sociais e da crise de legitimidade das instituições de atendimento as crianças e aos adolescentes, segundo CARVALHO (2000, p. 1999) implica:

[...] situar dois atores centrais nesta questão social. De um lado, o Estado cuja resposta implica uma vontade política de colocar em práticas políticas sociais básicas em favor de crianças e adolescentes. De, outro da parte da Sociedade Civil, a resposta implica a participação constante, através de canais próprios, no sentido de pressionar e cobrar do Estado a efetivação das mudanças previstas no reordenamento institucional, participar da formulação das políticas e fiscalizar o cumprimento das mesmas, inclusive denunciando as omissões e ações que não correspondem a doutrina da Proteção Integral preconizada no ECA, no que tange aos direitos de cidadania de crianças e adolescentes no Brasil.

Para estimular a participação é preciso dar subsídios para que essa população rompa com o ciclo de exclusão e subalternidade a que são submetidas, pois a exclusão social deve ser combatida por meio da ampliação da cidadania. Um dos caminhos seria a educação, para que essa população tenha um desenvolvimento intelectual e social, e que identifiquem quando os seus direitos são violados e negligenciados (GERARDI, 2000).

Neste sentido a realidade do Programa Sócio-educativo em meio-aberto: Projeto Esperança vai ao encontro da necessidade de prevenção a situação de risco pessoal e social de crianças e adolescentes inseridos no programa. Desse modo, apresentaremos o referido projeto no capítulo seguinte, bem como a caracterização da Assistência Social São Luiz, as atividades realizadas pelo Serviço Social, considerações referente à caracterização histórica do Morro do Horácio e o perfil sócio-cultural realizado com os alunos da Turma Três.



## **2 PROGRAMA SÓCIO-EDUCATIVO EM MEIO ABERTO: PROJETO ESPERANÇA**

O Programa Sócio-Educativo em meio aberto: Projeto Esperança Oferece apoio para a escola e para a família, tendo como objetivo trabalhar a auto-estima dessas crianças/adolescentes, motivando-as a terem um melhor desenvolvimento escolar, comunitário e familiar, atendendo-as no período extra-escolar, realizando um acompanhamento Sócio-Educativo em conformidade com o art. 90 do E.C.A mencionado anteriormente.

É um dos projetos, realizados pela Assistência Social São Luiz, que se situa no Bairro Agrônômica, na rua Rui Barbosa Florianópolis-SC, com sede própria na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz Gonzaga.

Desse modo, apresentaremos no tópico a seguir o histórico da Assistência Social São Luiz e considerações sobre o histórico do Morro do Horácio, pois é a localidade que a entidade presta maiores atendimentos. Apontaremos as atividades realizadas atualmente pela entidade, como também apresentaremos considerações referente ao histórico do Projeto Esperança.

### **2.1 Assistência Social São Luiz**

A Igreja Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz foi constituída como Paróquia em Fevereiro de 1930, considerando a realidade local permeada por um contraste na parte dos morros, onde encontrava-se um aglomerado populacional em condições mínimas de subsistência e de vida familiar, devido as carências sócio-econômica-culturais, objetivando proporcionar assistência médica e farmacêutica as famílias carentes sócio-economicamente, fundou-se em 1950 a Assistência Social São Luiz. Esta constitui numa entidade sem fins lucrativos<sup>5</sup>, tem como diretoria o Pároco como Presidente, um Vice-presidente, 1º Secretário, 1º Tesoureiro e Conselheiros Fiscais, sendo constituída por iniciativa do Pároco e alguns paroquianos. Seu estatuto foi “registrado sob nº 293 em 1952, no livro A-7 do registro Civil de Pessoas Jurídicas, publicados no Diário Oficial do Estado de Santa

---

<sup>5</sup> ANEXO A

Catarina no ano de 1952 e em 1957 foi considerada como utilidade pública pela lei estadual nº761, de dezembro de 1952” BUNN (1975, p.04).

A Entidade iniciou suas atividades tendo como parceria a Universidade Federal de Santa Catarina com a finalidade de prestar assistência médica e farmacêutica as classes com nível econômico insuficiente para a manutenção da família residentes nas localidades próximas a Paroquial ( Informação Verbal)<sup>6</sup>.

Por meio da leitura e análise de Trabalhos de Conclusão de Curso elaborados por estagiárias de Serviço Social que atuaram na instituição, foi possível identificar as dificuldades de elencar informações precisas quanto ao histórico da Assistência Social na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz, sendo que uma das principais razões era a insuficiência de documentação devido a perda de quase todos os documentos por ocasião da construção da nova igreja. Segundo Zapelini (2001), alguns dados foram encontrados em papéis soltos e outras informações foram relatadas por alguns funcionários e voluntários da entidade.

No ano de 1959, por solicitação do Pároco iniciou-se a atuação do Serviço Social na comunidade paroquial com estágio curricular, de algumas estudantes da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, sob a orientação e supervisão de Assistentes Sociais, professoras da Instituição de Ensino. As primeiras atividades constituíram-se mediante o interesse do Pároco pela realização de entrevistas domiciliares às famílias da paróquia, objetivando o conhecimento da situação religiosa, moral, educacional e econômica das mesmas (BUNN, 1975)<sup>7</sup>.

Segundo Vieira (1963) as estagiárias também atuaram no Plantão Sócio-emergencial de Serviço Social que começou a funcionar numa sala junto ao ambulatório no porão da casa paroquial.

Conforme SANTOS (1974, p.58):

Plantão é um serviço básico em qualquer instituição de Bem-Estar. Caracteriza-se pelo atendimento direto do cliente, através de contato ou entrevista.

---

<sup>6</sup> Informação transmitida pela atual Assistente Social Andrea Zapelini.

<sup>7</sup> Sob este aspecto podemos verificar na obra de Maria Lúcia Silva Barroco, *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos* que a origem do Serviço Social vincula-se: “a função ideológica da moral, ao enfrentamento moral da questão social, tendo em vista os interesses de legitimação do estado burguês e a presença de projetos sociais conservadores, dentre eles o da Igreja católica”. BARROCO (2003, p.74)

No Centro Social São Luiz, através do Plantão atendíamos qualquer pessoa da comunidade que viesse à procura de informação, inscrição em cursos ou grupos, bem como realizávamos as entrevistas de atendimento de casos.

O serviço de Plantão permitiu-nos o atendimento mais individualizado possível da clientela da Obra. Por isso constituiu-se num elemento altamente significativo de estudo da comunidade. O caso, o problema individual é, na maioria das vezes, uma sintomatologia da problemática da comunidade.

Dentro da estratégia de ação utilizada no campo de estágio, podemos destacar a valorosa contribuição dessa pesquisa, por meio da leitura e análise dos Estudos Sociais realizados, colaborando também na promoção de dois cursos de Educação de Base por meio da motivação junto às pessoas da comunidade (BUNN, 1975)

Essas atividades oportunizaram a estruturação do Serviço de Assistência Social Paroquial, fomentando desse modo o interesse dos paroquianos para os trabalhos voluntários, conforme Zapelini (2001, p.31) levando-os ao despertar do espírito comunitário e dos princípios da caridade cristã, tendo como base os ideais da “Doutrina Social da Igreja”, com princípios a partir de uma linha assistencialista.

Através desses Estudos Sociais o Serviço Social enfatizou a abordagem individualizada, por meio da atuação de Serviço Social em estudo de casos, colaborando também com a pesquisa médico-social solicitada pelos médicos e estagiários de Medicina da UFSC, que estavam inseridos neste processo<sup>8</sup> (SANTOS, 1974).

Em 1960 o Serviço Social atuava por meio da abordagem grupal aplicando o processo de Serviço Social de Grupo, com crianças, jovens e adultos através de vivência grupal orientada. Possibilitando-lhes desse modo, que atuassem na comunidade de forma mais efetiva através da realização de festividades, atividades recreativas e filantrópicas (BUNN, 1975).

Nesta época o Serviço Social também atuava na Agência da Família, um plantão organizado para o atendimento das famílias com auxílios materiais: enxovais para recém-nascidos, roupas para crianças e adultos, leite em pó para pessoas lactentes, doentes e finalmente, pequenos empréstimos monetários para casos de maior necessidade.

Em meados de 1960, a Arquidiocese de Florianópolis já apresentava algumas iniciativas de cunho assistencial e neste mesmo ano a Assistência Social São Luiz filiou-se

---

<sup>8</sup> Informação transmitida pela Assistente Social, quanto a presença de estagiários da UFSC na Assistência Social São Luiz. Não existe documento que especifique essa atuação.

a Ação Social Arquidiocesana (ASA), uma entidade da sociedade civil ligada à Igreja Católica através das Ações Sociais Paroquiais (SANTOS, 1974).

Vale destacar que na década de 60, assistentes sociais participaram de vários projetos que diminuiriam a miséria dos países subdesenvolvidos. Desenvolvendo uma ação em consonância com o sistema vigente\_ onde o país tinha como presidente Jânio da Silva quadros\_ o Serviço Social preocupou-se em colocar sua capacidade a serviço do desenvolvimento nacional. Adequando-se a este ritmo orientou suas ações, na perspectiva de promoção social, no sentido de mudar hábitos, atitudes e comportamentos (Informação Verbal).<sup>9</sup>

O Serviço Social atuou continuamente até 1963, despertando na comunidade um espírito comunitário, ou seja “laços de amizade e o relacionamento entre os membros da comunidade, no que diz respeito aos habitantes da parte plana com os da parte de morros e vice-versa” BUNN (1975, p.04).

Em 1963 e 1969 rompe-se todos os vínculos com a UFSC e estágios, obtendo apenas a atuação das voluntárias da paróquia com prestações assistencialistas, segundo as informações da atual Assistente Social da entidade. Em 1969, as atividades retornaram após a realização de um estudo retrospectivo da atuação do Serviço Social, procurando dar continuidade à linha trabalho já traçada, pelas profissionais da época (SANTOS,1974).

A programação da Obra Social, foram prejudicada pela falta de espaço físico e precariedade das condições existentes, mas em 1970 o Arcebispo Metropolitano doou a Paróquia um prédio denominando Centro Social São Luiz<sup>10</sup>, objetivando o desenvolvimento dos trabalhos da Ação Social com melhores condições de atendimento.(BUNN,1975)

O Serviço Social nessa época tinha como função específica coordenar e assessorar os setores que integravam o Centro Social no Setor de Saúde, Médico, Farmacêutico, Odontológico, Alimentar e no Setor Social (SANTOS,1974).

Neste período foi realizado um estágio de Serviço Social da Ação Social Arquidiocesana (ASA), junto à entidade desenvolvendo o Serviço Social de Grupo atuando no Sub-Projeto de Grupos Sociais. Em 1972 o Serviço Social aplicou os processos de

---

<sup>9</sup> Anotações da disciplina de Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de Direito na 4ª fase com Iliane Kohler e Kátia T. Muller.

<sup>10</sup> Anexo A.

Serviço Social de Casos e de Grupo, atuando no projeto de Promoção Social de bem estar do menor, um grupo de orientadores de grupos infantis e também na assessoria do Setor Social no Projeto de Educação de Base com os cursos de: arte culinária, cabeleireiro, corte e costura, datilografia e manicura (BUNN,1975 ).

Referente à Ação Social Arquidiocesana (ASA), vale destacar que a mesma é vinculada a CÁRITAS uma organização sem fins lucrativos criada em Roma no ano de 1950, com o objetivo de exercer um plano Nacional de Assistência Social, de Educação de Base e Formação Humana de pessoas, grupos e comunidades (LUZ, 1969).

Em 1956 foi criada a CÁRITAS Brasileira e efetivada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo criados os escritórios regionais em 1961, com Santa Catarina pertencendo ao Escritório Regional de Porto Alegre. Em 1966 devido as suas ações, a ASA passou a pertencer a CÁRITAS Regional de Porto Alegre, tendo a mesma obra social e os mesmos objetivos (LUZ, 1969).

No período dos anos 70 no tocante as áreas das Ações Sociais Paroquiais, realizava o acompanhamento da organização das comunidades, reforçando as organizações populares (ZAPELINI, 2001).

Na década seguinte as suas ações fundamentaram-se na busca da construção de novas relações sociais priorizando a justiça e a vida. Conforme ZAPELINI (2001, p.28):

[...] pois foram alteradas as formas de atuação nos campos específicos com idosos, crianças e adolescentes. Reconhecendo que esses são sujeitos, não exclusivos, mas prioritários, de intervenção na promoção da cidadania por parte das ações sociais paroquiais.

Em 1986, deu-se início a construção da nova Igreja, pois a estrutura física da Igreja foi afetada devido a construção de prédios na região.

Ao final deste período participou ativamente no processo da Constituinte, engajando-se na luta pela implementação da Constituição Federal de 1988. Nos anos 90 no plano institucional investe na garantia dos direitos conquistados a partir da Constituição de 1988 (ZAPELINI, 2001).

A construção da Igreja durou nove anos, sendo inaugurada em 1995. Com uma estrutura ampliada com estacionamento, salas de catequese e duas comerciais<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Anexo D.

A partir de 1998, a MITRA- Cúria<sup>12</sup> e a UNISUL- Universidade do Sul de Santa Catarina estabeleceram um convênio, com o objetivo de proporcionar bolsas de estudo e trabalho para estágios curriculares e extras curriculares. Iniciou-se com oito acadêmicas do Curso de Serviço Social, que atuaram em programas e projetos da ASA destacando-se os Municípios de Biguaçu ( Jardim Savero); Palhoça (Brejarú) e Florianópolis (Morro do Horácio), com a realização de uma Pesquisa Sócio-econômica nestas Comunidades. Com o resultado da pesquisa, observou-se a necessidade de trabalhar com programas Sócio-Educativo em meio-aberto na Comunidade da Nova Palestina e Morro do Horácio, hoje Projeto Esperança<sup>13</sup> (ZAPELINI, 2001).

No ano de 2000 a ASA passa por modificações, partindo da análise da realidade das práticas anteriores, resultando em novos desafios e perspectivas, para a elaboração de novos Projetos de Desenvolvimento Social na Arquidiocese (ZAPELINI, 2001).

De caráter beneficente, a ASA abrange atualmente 30 Municípios e tem como linhas de Ações Específicas: Criança e Adolescente, Saúde, Idoso e Economia Solidária.

No ano de 2001 a entidade contava com doze grupos de trabalho: Apoio Pedagógico, Alfabetização de Adultos, Grupo da Terceira Idade, Grupo de Trabalhos Manuais, Grupo de Mães, Programa Sócio-Educativo Morro do Horácio e Nova palestina, distribuição de Cesta Básica, Grupo São Vicente de Paula, Informática, Psicologia e Fitoterapia, tendo como público alvo o bairro da Agrônômica e as comunidades: Morro do Céu, Vila Santa Rosa, Morro do Horácio, Nova Palestina (atual Comunidade São José), Nova Trento, Morro do Vinte e Cinco e Santa Vitória (ZAPELINI, 2001).

Neste período a Igreja cedeu um espaço para a instalação da Rádio Cultura 1110-AM, uma emissora Católica com sua programação voltada para evangelização. A mesma concede um espaço de participação para o Programa Sócio-educativo em meio-aberto: Projeto Esperança, para a divulgação do mesmo, como também incentivando a cultura por meio de apresentações musicais dos alunos inseridos no referido projeto.

No decorrer dos anos a Assistência Social São Luiz sofreu muitas modificações, desde 2001 procura estar de acordo com os preceitos contemplados na LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social e no E.C.A- Estatuto da Criança e do Adolescente. Principalmente

---

<sup>12</sup> Ação Social Arquidiocesana.

<sup>13</sup> Anexo C.

porque, atua diretamente nas comunidades onde residem pessoas desprovidas de condições financeiras e também por meio da atuação de profissionais junto às comunidades por meio de projetos. Possui parcerias firmadas com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, com Centros Comunitários e Capelas (ZAPELINI, 2001).

Neste período a instituição se propôs a dar um salto qualitativo na organização do campo de atuação social na Arquidiocese. Conforme Zapelini (2001, p.28):

Mostrando sua força e sua fragilidade, avançando no auto conhecimento, definindo com mais clareza sua identidade, apontando princípios, concepções e propostas e, por outro lado, tem buscado enfrentar as contradições presentes na prática, adotando uma dinâmica coletiva de atuação.

Segundo a autora, a entidade entende que, assumir seu papel na luta por direitos sociais, é o de exercer uma atitude prepositiva, mediadora, facilitadora e articuladora de uma rede de ações sociais, fundamentada na mística da caridade libertadora, gerando possibilidades capazes de transformar as práticas sociais, tendo em vista a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, baseada na justiça e na solidariedade.

Diante destas informações que fazem parte da história da instituição, apresentaremos a seguir a Assistência Social São Luiz, sua estrutura, seus objetivos e projetos especificamente o Programa Sócio-educativo: Projeto Esperança, como também o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na instituição.

## 2.2 Ações desenvolvidas na Assistência Social São Luiz

De acordo com o Estatuto, a Assistência Social São Luiz é uma entidade sem fins lucrativos, mas é de caráter assistencial e filantrópico. Visa a promoção humana e a capacitação de recursos humanos, sem qualquer forma de discriminação.

Possui parcerias firmadas com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, com Centros Comunitários e Capelas pertencentes a Matriz: Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz Gonzaga é composto por uma Assistente Social, quatro funcionários de Serviços Gerais, um porteiro e uma estagiária.

Desenvolve-se atualmente dez grupos de trabalhos: Apoio Pedagógico, Grupo da Terceira Idade, Grupo de Trabalhos Manuais, Grupo de Mães, Cesta Básica, Grupo São

Vicente de Paula, Grupo de Psicólogas, Grupo de Fitoterapia, Pastoral da Criança e o Programa Sócio-Educativo em Meio Aberto: Projeto Esperança, tendo como público alvo o bairro da Agrônômica e as seguintes comunidades: Morro do Horácio, Morro do Vinte e Cinco, Morro Nova Trento e Morro da Cruz.

Desta forma a entidade realiza os seguintes projetos<sup>14</sup>:

**1-Apoio Pedagógico:** acompanhamento de crianças com idade de sete a nove anos e de 1ª a 3ª série em fase de alfabetização (ensino fundamental). São alunos que freqüentam o Colégio Padre Anchieta. Os colaboradores são voluntários, da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz, sendo que alguns são professores aposentados e universitários que atendem o total de 10 (dez) crianças.

**2-Grupo da Terceira Idade:** proporciona a convivência social, trabalhando a auto estima por meio de discussões que remetem às noções de cidadania. Recebem também orientações sobre saúde, em encontros pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e com visitas ao grupo. Existe a participação das quatro (04) voluntárias nos encontros de formação e o grupo é formado por cinquenta e tre (53) idosos.

**3-Grupo de Trabalhos Manuais:** procura estimular as potencialidades dos participantes, por meio de iniciativas próprias, com a perspectiva de organização de uma cooperativa entre seus quarenta (40) integrantes.

**4-Grupo de Mães:** desenvolvem-se trabalhos manuais como enxovais para recém-nascidos, tricô, crochê, pintura tecido entre outros. O grupo conta com dez voluntárias atualmente, destinando os trabalhos a doações para a Paróquia Nossa senhora de Lourdes e São Luiz.

**5-Cesta Básica:** a distribuição das cento e sessenta cestas é realizada toda a primeira sexta-feira de cada mês, no período vespertino no salão da Igreja Matriz da Agrônômica, pelo grupo de voluntárias da Capela Imaculada Conceição que pertence a

---

<sup>14</sup> Todas as informações transmitidas pela assistente social da entidade Andrea Zapelini.



Matriz. A distribuição é destinada às famílias desprovidas de condições financeiras das comunidades da Agrônômica e os alimentos são distribuídos por meio de campanhas e doações realizadas na Capela Imaculada Conceição.

**6-Grupo São Vicente de Paula:** existe há quarenta e três (43) anos e participam treze voluntárias na confecção e distribuição de enxovais de bebês para as gestantes com dificuldades financeiras, pertencentes à Paróquia Nossa senhora de Lourdes e São Luiz. Também produzem trabalhos manuais como: pintura em tela, pintura em vidro, confecção de tapetes artesanais entre outros. Realiza um bazar todo o final de ano para a venda desses produtos, onde a arrecadação é destinada a compra de materiais para a confecção dos enxovais e também para a realização do Natal dos idosos.

**7-Grupo de Psicólogas:** tendo como principal objetivo o atendimento às pessoas em vulnerabilidade social pertencentes à Paróquia Nossa senhora de Lourdes e São Luiz, o atendimento é realizado por duas psicólogas voluntárias, sempre nas quintas-feiras e sábados de acordo com os seus horários disponíveis.

**8-Grupo Fitoterapia:** Utiliza o uso das plantas medicinais como recurso terapêutico para auxiliar principalmente a população desprovida de bens materiais. O projeto conta com o cultivo de plantas medicinais e sua transformação em remédios fitoterápicos. Conta com uma Farmácia que atende as Segundas e Quintas-feiras para a distribuição dos remédios, com o pagamento de um valor simbólico para a reposição do material necessário. Um projeto sem fins lucrativos e com a presença de voluntários. A Farmácia se localiza na Capela São João Batista.

**9-Pastoral da Criança:** Trabalha com as comunidades que enfrentam situações de miserabilidade, da região da Agrônômica desde do ano de 2000 atendendo em média trezentas (300) famílias, em torno de quatrocentas (400) crianças de 0 a 6 anos. A equipe é composta por dezesseis (16) líderes voluntários que moram nas comunidades, realizam visitas domiciliares sempre em dupla ensinando noções básicas de higiene, nutrição, saúde e alimentação enriquecida. A sede encontra-se na Capela São José e da Santa Cruz, onde se

realizam as reuniões de planejamento e de avaliações. Também promovem mensalmente um encontro chamado “Celebração da Vida”, nessa oportunidade eles fazem a pesagem das crianças, palestras, fornecem a multi-mistura para combater a desnutrição e a Brincadoteca.

**10-Programa Sócio-Educativo em meio aberto: Projeto Esperança:** Oferece um apoio para a escola e para a família, tendo como objetivo trabalhar a auto-estima dessas crianças/adolescentes, motivando-as a terem um melhor desenvolvimento escolar, comunitário e familiar, atendendo-as no período extra-escolar, realizando um acompanhamento Sócio-Educativo em conformidade com o E.C.A.

Será apresentado com maiores detalhes no item 2.5, pois este tem o objetivo de trazer especificamente suas atividades iniciais, o seu modo de funcionamento e suas ações sócio-educativas. O Serviço Social atua mais diretamente através do projeto referido, assim abordaremos em seguida como se insere o Serviço Social na instituição.

### 2.3 Serviço Social na Assistência Social São Luiz.

A coordenação do Programa Sócio-Educativo em meio aberto: Projeto Esperança é desenvolvida por uma profissional de Serviço Social, a assistente social Andréa de Farias Zapelini, CRESS/SC nº 2.794.

Em relação a sua competência no Projeto Esperança, podemos destacar:

- O acolhimento, a orientação e acompanhamento as crianças e adolescentes, bem como suas famílias;
- Estabelece o contato com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e mantém intercâmbio com e profissionais ligados a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social;
- Tem a função de elaborar, implementar e avaliar as ações junto as educadoras e educandos inseridos no Projeto Esperança. Buscando

subsídios teóricos e práticos visando o conhecimento das implicações sociais das famílias em situação de vulnerabilidade social e etc.

Com relação à Assistência Social São Luiz atua na parte administrativa, ou seja, na realização e organização de documentos específicos da instituição como relatórios, atendimento direto ao usuário através de informações referentes aos recursos disponíveis na comunidade, atendimento aos usuários cadastrados para as cestas básicas, na elaboração de projetos para a Ação Social, buscando subsídios em espécie para uma melhor atuação da entidade.

As atribuições profissionais relatadas anteriormente demonstram os desafios da prática institucional numa ONG, sendo considerável a importância da atuação do Serviço Social neste espaço.

Analisando a especificidade das ONG's no Brasil, o Terceiro Setor estabelece um novo relacionamento entre Estado e Sociedade, no âmbito da responsabilidade da proteção social. Relação essa efetivada pelas organizações que não são consideradas estatais ou privadas: as ONG's entidades sem fins lucrativos (POTIER,2005).

Pode se dizer que as primeiras ONG's se organizaram em sintonia com os objetivos e dinâmicas dos movimentos sociais. Tendo como objetivo fundamental a contribuição para a consolidação de uma sociedade democrática, cidadã, justa, igualitária, respeitando as diferenças, diversidades e valorização da participação e a solidariedade (PAZ, 1999).

Possuindo um projeto político em defesa dos direitos sociais através do fortalecimento da sociedade civil, as ONG's englobam instituições voltadas para projetos de desenvolvimento, de educação, direitos humanos podendo estar trabalhando diretamente com crianças e adolescentes, como é o caso do Projeto Esperança (POTIER,2005).

A prática do Serviço Social na Assistência Social São Luiz é, portanto condizente com a lei de regulamentação da profissão, Lei nº 8.662/93. Trazendo em seus artigos 4º e 5º as competências e atribuições do assistente social, destacando-se o artigo 4º, inciso II e VII:

II- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos ou sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.

VII- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo. ( Lei nº 8.662, 1993)

Sendo assim a Assistente Social independente do trabalho exercido, deve além de implementar e fazer valer o que aponta o E.C.A com o respaldo no Projeto Ético-Político da profissão.

#### 2.4 Caracterização do Morro do Horácio

Maristela Fantin em sua obra, “Construindo Cidadania e Dignidade”, Experiências populares de educação e organização no Morro do Horácio, discorre sobre o histórico do Moro do Horácio<sup>15</sup>. De modo, que utilizaremos esse referencial como fundamento deste tópico.

Até meados da década de 50, Florianópolis era uma cidade pequena sem infraestrutura, poucos balneários ocupados. A partir dos anos 60, com a abertura de novos órgãos públicos, entre eles a UFSC e a ELETROSUL, somada à implantação de outras repartições públicas, observa-se uma expansão da cidade.

As décadas de 70 e 80, são caracterizadas pelo grande fluxo de migrantes do interior do estado. As áreas de ocupação mais antigas possuíam, uma certa estabilidade ou garantia quanto á posse. Uma grande parte das terras da cidade não tinham escritura pública, ou seja, só tinham escrituras de posse, sendo que no período de 1984 a 1985 aconteceram reivindicações direcionadas á regularização das terras, como foi o caso do Morro do Horácio.

Dentre os locais sujeitos a ocupação entre as décadas de 80 e 90, podemos destacar as áreas junto à penitenciária com alto valor imobiliário nesse período, onde situa-se, o Morro do Horácio na encosta leste do Morro da Cruz. Localizado no bairro da Agrônômica praticamente nos limites com o bairro da Trindade, sendo apenas separados pela Penitenciária Estadual de Florianópolis.

---

<sup>15</sup>Pesquisa que deu origem ao Livro: “Construindo Cidadania e Dignidade” Experiências populares de educação e organização no Morro do Horácio, 1997.

Segundo Fantin a Penitenciária talvez seja a melhor indicação para localizar o Morro do Horácio, pois a história da maioria dos moradores nos remete a ela:

A característica básica era a de ser considerado como uma extensão da penitenciária, e de fato era constituído fundamentalmente por famílias de presidiários que vinham acompanhar seus maridos, irmãos e filhos presos e assim foram construindo uma nova forma de vida neste lugar (FANTIN, 1997, p.35).

A ocupação das terras localizadas próximo á penitenciária foi desencadeada com a permissão das autoridades responsáveis por aquela área. Essa autorização informal não foi assumida judicialmente, tanto que o processo de regularização das terras ainda estava em tramitação na época da pesquisa. A estrutura da prisão acabou permitindo aos primeiros moradores familiares dos presos, habitarem naquelas redondezas, recebiam o auxílio do presídio, através de alimentos, roupas e outros objetos. Os familiares dos sentenciados se alojavam nos porões das casas dos conhecidos, parentes distantes e assim ocupavam as terras. Para a autora essa foi uma concepção um tanto progressista de prisão, pois se mantinham os laços familiares acesos, o que sem dúvida cooperava na recuperação do sentenciado. (FANTIN, 1997).

Numa primeira aproximação, Fantin distingue os moradores que ocuparam as terras nos arredores da penitenciária em três grupos:

- 1- Familiares diretos dos presos, cuja ruptura com a vida que levavam se deu a partir de um crime cometido por um membro da família,
- 2- Pessoas que se cansaram do mundo do campo e decidiram arriscar a vida em outro lugar, sendo que muitos deles são parentes dos presos,
- 3- Pessoas que passaram por momentos de profunda rejeição e/ou abandono dos maridos e que decidiram buscar a felicidade em outro lugar.

Os primeiros moradores do Morro eram migrantes do interior do estado, buscavam formas de resistência, mas ao mesmo tempo sobreviviam diante de tanta violência e agressão, também lutavam por melhores condições de vida e de educação de seus filhos. Pessoas que trabalhavam como serventes, pedreiros, carpinteiros, faxineiras, empregadas domésticas etc, que lentamente introduziram novas práticas e novas formas de conviver com suas inúmeras diferenças e desigualdades.

Antigamente o morro chamava-se “Morro do Arrisca-a-Vida”. Trazia já no seu nome um imaginário vinculado ao mundo da pobreza, à noção de marginalidade, de espaços onde as pessoas estavam distantes de um convívio social saudável, pois na sua maioria haviam passado pela estrutura da penitenciária. Segundo os relatos da pesquisa, o próprio nome do morro foi sofrendo várias modificações, entre elas Morro dos Presos, Morro dos Sentenciados, rua Antônio Carlos Ferreira e de acordo com o depoimento de uma moradora: “o nome Morro do Horácio saiu porque tinha o seu Horácio que morava na parte baixa do morro” FANTIN (1997, p.46).

O Morro do Horácio até pouco tempo atrás, era apenas um “carreiro”, que se transformou em rua, a Antônio Carlos Ferreira que foi estendida até alcançar a rua que leva ao topo do Morro da cruz, que na época havia se tornado importante via alternativa de acesso. Esta rua foi calçada através do sistema de mutirão e possui traçado estreito, sem um planejamento maior, é cortada por estreitas e compridas entradas, ruelas, becos, servidões e caminhos que nela desembocam.

Os moradores convivem com um belíssimo visual estão localizados próximos do centro da cidade entre dois bairros nobres já mencionados, Trindade e Agronômica, considerados bairros de alto e médio poder aquisitivo, um lugar privilegiado pela localização quanto infra-estrutura do bairro. Desse modo, os moradores do Morro do Horácio estão assistidos por vários serviços indispensáveis para qualquer cidadão: serviços de saúde, hospitais, postos de emergências, transporte com entrada do ônibus na rua Antônio Carlos Ferreira, posto de polícia, escolas de 1º e 2º graus com acesso facilitado, sendo que a Escola Desdobrada Oswaldo Galupo está situado no próprio morro, entre outros serviços.

A cidade de Florianópolis continua sendo marcada por dois cenários: a parte baixa e a parte alta dos morros. Na parte baixa localiza-se a maioria dos prédios, das repartições, do comércio e nas encostas de morros encontram-se os sobrados, as casas não muito grandes, as casas pequenas e barracos. Pelas proximidades com o maior instituto penal do Estado, muitas vezes o Morro foi confundido com lugar de bandido e de gente perigosa. Este tipo de preconceito acabou delineando a imagem do Morro do Horácio perante a cidade.

Um lugar que está marcado pela violência e pela reclusão, também é visto como o lugar onde se encontra gente que resistiu a todas formas de agressões e sobrevive hoje nas

mais diversas e adversas condições de vida. Ali se encontram homens expulsos de suas terras, mulheres abandonadas pelos maridos, prostitutas, órfãs que sofreram todo tipo de privação, trabalhadores que não conseguiram até hoje viver do seu trabalho; enfim violências que marcam profundamente a vida das pessoas.

Frente à cidade sofriam uma dupla marginalização, por viverem em situações de miserabilidade vindos para a cidade em busca de melhores empregos e por terem parentes presos ou por residirem próximos dos sentenciados<sup>16</sup>. Essa classificação segundo a autora dificultou para muitos a entrada no mercado de trabalho e a aceitação frente aos grupos semelhantes na luta pela sobrevivência, segundo Fantin:

No interior da realidade urbana são muitos os olhares que se tecem sobre Florianópolis e sobre os bairros pobres que cercam a cidade de todos os lados. Tensos contrastes entre suas avenidas, ruelas, prédios, casarões, casas, cortiços, barracos e sua suntuosa orla marítima proporcionam múltiplos conflitos que delimitam algumas fronteiras desta cidade. O Morro do Horácio é um destes lugares, que desponta entre tantas encostas de seus morros e se apresenta com inúmeras formas e imagens ao restante da cidade. (FANTIN, 1997, p.31)

O estigma nos dias atuais continua olhares diferenciados entre os diversos grupos de moradores, estigma dos familiares diretos não de sentenciados, dos outros moradores que não estão envolvidos nesta teia de violência e criminalidade, mas que moram ali entre eles ocasionando uma situação de contradição que persiste entre o medo e o respeito. Especialmente situações de preconceito que não respeitam as diferenças, rotulando e estigmatizando as pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade e de risco social.

O preconceito é uma das respostas ao desconhecimento da sociedade sobre as potencialidades das pessoas que residem nos morros e em favelas, essa dificuldade de compreensão instala o sentimento de indiferença, de práticas discriminatórias e desvalorizadoras para com esse segmento (RIBEIRO, 2004). Sem falar que nessas localidades residem famílias compostas por crianças e adolescentes, que também se encontram em situação de risco.

---

<sup>16</sup> Terminologia utilizada pela autora.

## 2.5 Caracterização do Projeto Sócio-Educativo em meio aberto: Projeto Esperança

É significativo pontuarmos as atividades iniciais do Programa Sócio-Educativo em meio aberto que se realizava na Comunidade da Nova Palestina e Morro do Horácio, devido á rotatividade de migrantes e outras situações algumas comunidades tiveram os seus nomes alterados, como foi o caso da Comunidade da Nova Palestina, hoje sendo conhecida como Comunidade São José.

O Programa foi desenvolvido a partir de 1996 e era financiado pela Congregação dos Irmãos Maristas que tinham um contrato de um ano, contando também com a assessoria da ASA que disponibilizava uma profissional de Serviço Social na área da Criança e Adolescente. O Serviço Social realizava o acompanhamento sistematicamente neste período, o Programa contava também com uma pedagoga de 40 horas semanais cedida pela ASA e Prefeitura Municipal de Florianópolis e duas funcionárias, onde realizavam reuniões mensais de planejamento com a assessoria da Assistente Social da ASA.

O convênio com a Congregação dos Irmãos Maristas ao final de 1998 foi encerrado, a ASA transferiu então essa responsabilidade para a Assistência Social São Luiz, assumindo dessa maneira o Programa no ano de 1999. Foi encaminhado um projeto para a Prefeitura Municipal de Florianópolis tornando-se esta, a nova parceria junto com as Voluntárias da Capela Imaculada Conceição, que assumiram a responsabilidade do pagamento do salário de uma funcionária para administrar o Programa Sócio-Educativo no Morro do Horácio.

Tinha como sede a Casa da Comunidade próxima a Escola Municipal Osvaldo Galupo e ao lado da Capela Nossa Senhora Aparecida e Santa Cruz. A sede foi toda construída de alvenaria pela própria comunidade e mais tarde foram construídas também uma sala e uma cozinha com os recursos da ASA. As atividades eram desenvolvidas no período de março a dezembro com o atendimento ocorrendo nas segundas, quartas, quintas e sextas-feiras, das 8h às 11h30 min no período matutino e das 13h30 min. às 17h no período vespertino, atendendo-se, 40 crianças/adolescentes na faixa etária de 07 a 14 anos de idade, em período extra-escolar que residiam no Bairro da Agrônômica e das seguintes



comunidades: Morro do Céu, Vila Santa Rosa, Morro do Horácio, Nova palestina (Hoje Comunidade São José), Nova Trento, Morro do Vinte e Cinco e Santa Vitória.

Com atividades pedagógicas, esportivas, de lazer e recreação de integração da escola municipal local, no intuito de promover a socialização das comunidades. Quanto às atividades esportivas (futebol e voleibol), eram um grande atrativo e tinha sempre uma boa aceitação sendo ao mesmo tempo prejudicadas, pois a situação geográfica da comunidade era desfavorável para a prática de esportes.

Ocorreram diversos percalços e empecilhos que dificultavam o funcionamento do Programa como, por exemplo a situação da Casa da Comunidade, que se dividia entre o projeto e outras ações da comunidade, sendo também utilizada para a realização de atividade sociais, religiosas e educativas, com o Conselho Comunitário também utilizando o espaço para a realização de suas reuniões. Outra situação dificultava as atividades conforme menciona Zapelini a casa contava com;

[...]dois banheiros, uma cozinha, duas salas e um salão, não possuindo espaço externo para o lazer. A casa não possuía ventilação adequada, os banheiros funcionavam precariamente e a parte elétrica apresentava prejuízos às pessoas e a própria casa em dias de chuva, com infiltrações, goteiras nas lâmpadas e outras partes do teto.(ZAPELINI, 2001, p. 42).

A cozinha era pequena servia de depósito para alimento e materiais pedagógicos, uma sala era utilizada para as crianças/adolescentes com um espaço inadequado e reduzido para o número de crianças, sendo que a outra sala do recinto não era cedida pela diretoria. Desse modo, ocorreram muitas dificuldades para a realização dos trabalhos com as crianças/adolescentes por parte do Conselho Comunitário por ocupar o mesmo espaço físico e também devido à falta de apoio da Escola Municipal Desdobrada Osvaldo Galupo. Além da invasão do espaço cedido para o programa sócio-educativo, havia a violação dos materiais pedagógicos e alimentos, os quais muitas vezes eram encontrados na lixeira, além de deixarem o ambiente em péssimas condições de higiene, acarretando em grande número de faltantes no programa.

Ocorreram desafios quanto às atitudes das crianças/adolescentes como também um dos maiores motivos que levaram o Programa a não ter tido desenvoltura dentro da comunidade segundo Zapelini (2001, p.43) “falta de participação e o não envolvimento das famílias e da própria comunidade dentro do Programa”.

Outra dificuldade sentida pela assistente social, era a falta de apoio por parte das lideranças da comunidade, foram realizadas tentativas de contatos pela Estagiária de Serviço Social, mas apresentavam comportamentos contraditórios em não apoiar o Programa, não compreendendo o pertencimento do Programa na comunidade, sendo que não havia uma identificação com o mesmo, dizendo que ele pertencia a Assistência Social São Luiz e não a Comunidade. Os motivos pelos quais os pais deixaram transparecer, era que o Programa não lhes pertencia em virtude da paróquia encontrar-se em uma boa localização na Beira-Mar e também por ser provida de uma situação financeira privilegiada (ZAPELINI, 2001).

O convênio mantido com a Prefeitura Municipal de Florianópolis permitia o repasse de recursos financeiros para a compra de materiais didáticos, merenda e a disponibilidade de uma educadora da área pedagógica. Quanto aos recursos financeiros destaca-se a insuficiência para o atendimento das 40 crianças/adolescentes inseridas no projeto. Podemos também destacar a despreparação da educadora quanto á realização dos trabalhos referente à realidade encontrada no Programa Sócio-Educativo, segundo a opinião da estagiária de Serviço Social na época.

O Projeto Esperança, nome esse escolhido pelas próprias crianças localiza-se atualmente nas dependências da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz, com o atendimento realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30 min. no período matutino e das 13h 30 min às 17h no período vespertino. São atendidas 96 crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 14 anos de idade desde que estejam frequentando o ensino regular. O Programa conta com três educadoras de 40 horas semanais cedidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e duas voluntárias para o ensino Religioso na Oficina: Formação para a Vida.

O Plano de Trabalho das educadoras tem a visão de auxiliar a coordenação motora, a lateralidade, o reflexo a agilidade, a localização, a percepção, a memória, entre outras atividades que ao mesmo tempo propiciem momentos de diversão e descontração. Referente ao espaço lúdico e as atividades artísticas alguns aspectos como a coordenação motora, auto-estima e a participação em trabalhos coletivos, são estimulados.

Desenvolve-se no programa atividades pedagógicas (reforço e apoio escolar), artes, recreação, lazer, com dinâmicas, jogos e brincadeiras, por meio de oficinas. Oferecendo um

espaço de aprendizado de hábitos cotidianos como: higiene, saúde, socialização e oficinas de trabalho. Destaca-se também as atividades práticas de percepção, de conhecimento e do movimento do próprio corpo, estando sempre presente o incentivo a leitura e à escrita, o acompanhamento dos deveres escolares, pois foram constatadas as dificuldades dos educandos nessas atividades, como também a carência de informações das famílias, que também não apresentam condições pedagógicas de auxiliá-los. Desse modo mesmo não sendo o objetivo principal do programa essa atividade de reforço escolar é também realizada. O programa vai ao encontro da necessidade de prevenção à situação de risco pessoal e social de crianças/adolescentes, evitando desse modo que nos horários extra-escolares elas estejam nas ruas e envolvidas em situações de risco. Procurando o desenvolvimento comunitário e o vínculo familiar (ZAPELINI, 2001).

A parceria firmada com a Prefeitura Municipal de Florianópolis continua, disponibilizando os recursos para manter o programa, como as educadoras conforme já foi mencionado, o lanche como complemento alimentar e materiais didáticos.

A entidade se responsabilizou pelo pagamento de um micro-ônibus utilizado para o transporte das crianças e adolescentes residentes no Morro do Horácio e também pelo pagamento da Merendeira.

Segundo a análise da Profissional de Serviço Social, hoje o Projeto encontra-se localizado num espaço mais adequado, com três salas disponíveis, dois banheiros, o pátio da Igreja para as crianças poderem realizar as atividades de recreação e podendo também ser utilizado a cozinha da paróquia para o preparo e distribuição do lanche.

Para identificar as demandas decorrentes de situações relacionadas à vulnerabilidade que afeta a população infanto-juvenil e conhecer a realidade social dos adolescentes inseridos no Projeto identificando o perfil sócio-cultural das mesmas, foram realizadas entrevistas individuais priorizando os 18 (dezoito) alunos da Turma Três do período Vespertino.

## 2.6 Perfil sócio-cultural dos adolescentes inseridos no Projeto Esperança especificamente os alunos da Turma três.

Por meio do estágio supervisionado, realizaram-se entrevistas com a “turma três”, uma turma de 18 alunos do período vespertino. O objetivo principal desta ação foi conhecer a realidade em que vivem os adolescentes participantes do Projeto Esperança a fim de estabelecer perfil dos adolescentes inseridos no Projeto Esperança.

Os dados foram obtidos no período de agosto a dezembro de 2005, utilizando como instrumento a entrevista.

Conforme Martins e Viggiani (1987, p.54):

A entrevista é a única possibilidade que se tem de obter vivências relevantes sobre o mundo, à vida das pessoas, pelo quando se entrevista uma pessoa, a intenção é de conseguir descrições tão detalhadas quanto possível sobre o tema pesquisado.

Foi realizada a pesquisa qualitativa, a fim de esclarecer a indagação: qual a importância do Programa para o bem estar dos alunos.

Para a execução da pesquisa, utilizou-se como técnica a entrevista estruturada, a partir do universo dos educandos participantes da Turma Três, ou seja, os dezoito adolescentes, apresenta-se por meio de gráficos os seguintes dados: idade, localização da moradia, situação da moradia, número de membros da família, escolaridade, prática de esporte, a opção religiosa, entre outros dados que seguem abaixo relacionados, por meio da descrição de alguns depoimentos destacados.

Quanto à idade dos adolescentes participantes do Projeto Assistência Social São Luiz. Verifica-se que 13 (treze) dos alunos têm 12 anos, 01 (um) tem 13 anos e 04 (quatro) tem 14 anos, conforme gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 – Idade dos adolescentes pesquisados



Conforme mostra o gráfico, os adolescentes contemplam os dados desta pesquisa na qual teremos a oportunidade de acessar e aprimorar-se dos conhecimentos sociais produzidos pelos adolescentes.

A partir da coleta de dados outro ponto também na entrevista que podemos enfatizar foi que todos os entrevistados possuem certidão de nascimento, 10 (dez) possuem Carteira de Identidade 08 (oito) não, referente o P.E.T.I (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) 05 (cinco) possui e 13 (treze) não. Este Programa, que tem como objetivos prioritários atender crianças e adolescentes, através de um conjunto de ações articuladas entre organismos governamentais e sociedade civil, com vistas a fortalecer a estrutura familiar e apoiar a família e adolescente em seu processo de desenvolvimento, priorizando a atenção para aquelas inseridas no mercado de trabalho precoce. No caso específico de adolescentes residentes em locais de risco como os morros e favelas, o trabalho precoce se configura em: catadores de lixo, papelão e latinhas, trabalho de “laranjinha” para os traficantes avisando quando a polícia entre no local entre outros. Também existe toda uma questão cultural, pois as meninas são destinadas as tarefas domésticas e/ou os cuidados com os irmãos menores, enquanto os meninos vão mais para as ruas para garantir a sua sobrevivência e de sua família (informação verbal)<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Informação transmitida durante a orientação da supervisão de estágio obrigatório: assistente social de campo.

Conforme o Projeto Político Pedagógico do Projeto Esperança (2005, p.01) :

É preciso ratificar que o atual quadro de recessão, desemprego e baixos salários que predomina no país tem incidência direta na comunidade, sobre as famílias que enfrentam dificuldades econômicas tendo em vista a relação: custo de vida X salários ( considerando-se atividades informais e a desqualificação da mão de obra). Buscando alternativas de sobrevivência, tornou-se comum nas famílias a inserção precoce dos filhos menores que já começam em atividades remuneradas a partir dos dez anos de idade.

Considerando-se:

- grande números de pais ausentes na comunidade durante o dia, ( pois estão trabalhando ) deixando os filhos de a partir de 05 anos sozinho em casa, quando não estão na escola perambulando pelas ruas da comunidade expostas a riscos inclusive o de restrição alimentar.
- Há evidências de que algumas destas crianças e adolescentes já estão saindo da comunidade para o centro da cidade envolvendo-se com os riscos que este espaço apresenta (drogas, violência, atos infracionais, etc);
- A necessidade de ajudar crianças que freqüentam a escola e que não tem o acompanhamento familiar às atividade escolares que esta desenvolve;

Algumas crianças e adolescentes contam com essas redes de apoio como é o caso do PETI, infelizmente não minimizam os efeitos causados pela realidade social em que vivem, servindo apenas de paliativos.

#### GRÁFICO 2 – Localidade dos adolescentes pesquisados

No período esboçado o local da residência dentre os adolescentes entrevistados, 12 (doze) residem no Morro do Horacio, 03 (três) Morro Nova Trento e 03 (três) no Morro do 25.

Referente a situação da moradia, representada pelo gráfico número 2 demonstra que 16 (dezesesseis) possuem sua casa própria, 01 (uma) alugada e também 01 (uma) família teve sua casa cedida. Entre elas 09 (nove) são de alvenaria, 04 (quatro) de madeira e 05 (cinco) mista. Ainda nesta análise 15 (quinze) possuem banheiro dentro de casa e 03 (três) na parte externa.

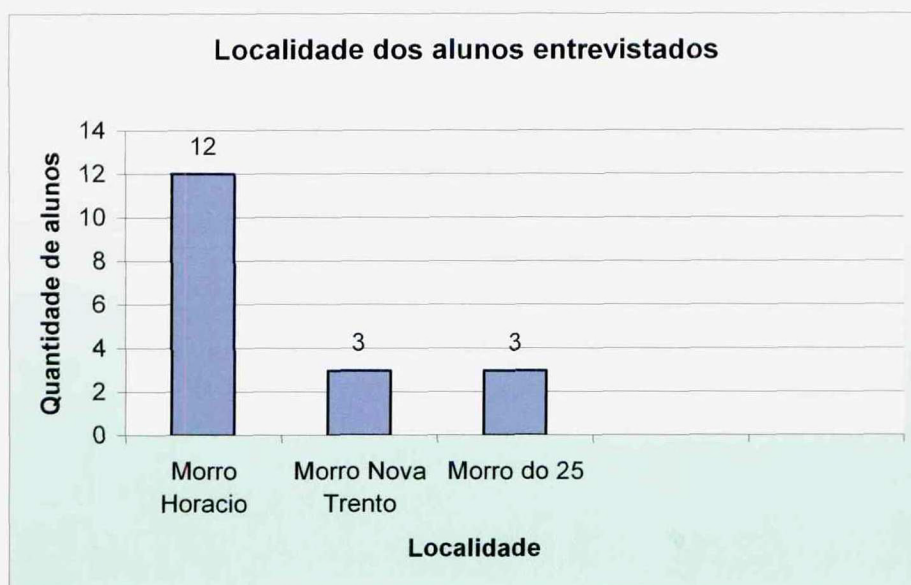
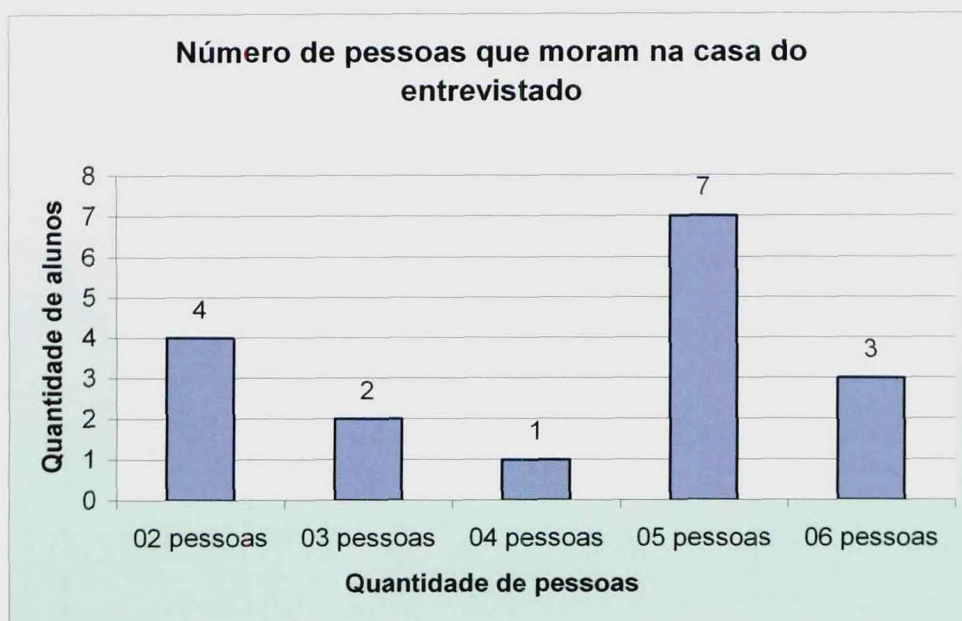


GRAFICO 3 \_ Número de pessoas residentes na casa do adolescente.



Durante a prática de estágio, muitas observações foram feitas, uma delas foi referente os dados que estão no gráfico acima, no que diz ao número de pessoas que residem em cada casa de 04 (quatro) alunos possuem 02 pessoas, 02 (dois) 03 pessoas, 01 (um) 04 pessoas, 07 (sete) 05 pessoas e 03 (três) 06 pessoas. Quanto a composição familiar 10 (dez) família são nucleares, 02 (duas) possuem uma família monoparentais, com o pai como chefe de família e 06 (seis) chefiadas pela mãe.

As profissões dos responsáveis, muitas vezes não permitem a convivência familiar e a prática do lazer, visto que são atividades profissionais de apoio a outras categorias profissionais (segurança, merendeira, jardineiro, dono de bar, zelador, carpinteiro, porteiro, pedreiro, vendedora etc).

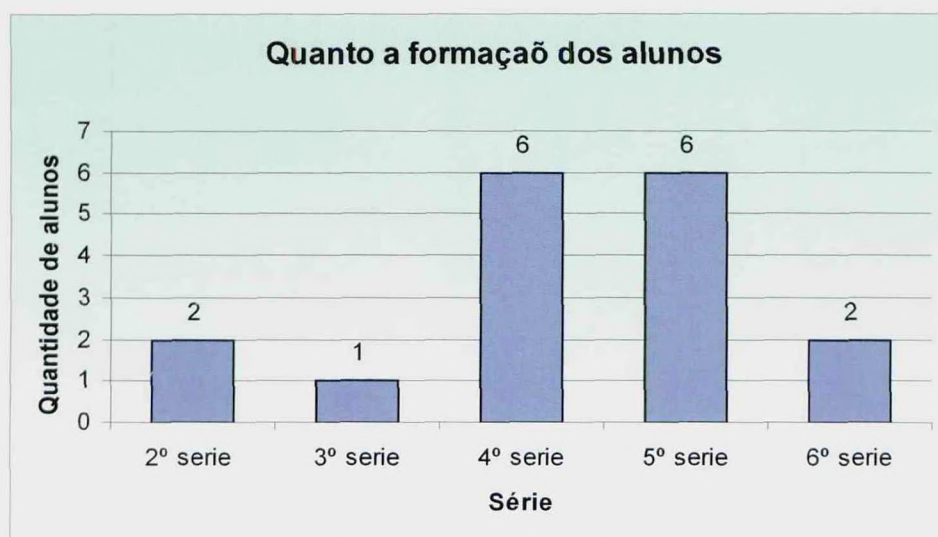
Nas quais estes têm como responsabilidade ajudar o adolescente a resolver problemas pessoais, pois o mesmo precisa de uma experiência de socialização; resolver problemas de relacionamento ou de adaptação, ensinando o indivíduo a viver em sociedade, ajustá-lo as experiências da vida moderna, através de experiências planejadas, de modo a levá-lo a participar das atividades do grupo, e assim obter satisfação pessoal como membro de um grupo que é a nossa sociedade.



A família, na qualidade de instituição protetora e socializadora de seus membros, como sempre se conheceram, também vem sofrendo sérias mudanças em vista das profundas transformações pelas quais passa a sociedade atual, fruto do modelo capitalista, excludente.

Transformações relacionadas à ordem econômica, à modalidade das formas de trabalho, à lógica acentuada do individualismo, à revolução na área da reprodução humana, e às mudanças de valores, vieram afetar a organização familiar.

GRAFICO 4 – Formação dos adolescentes entrevistados



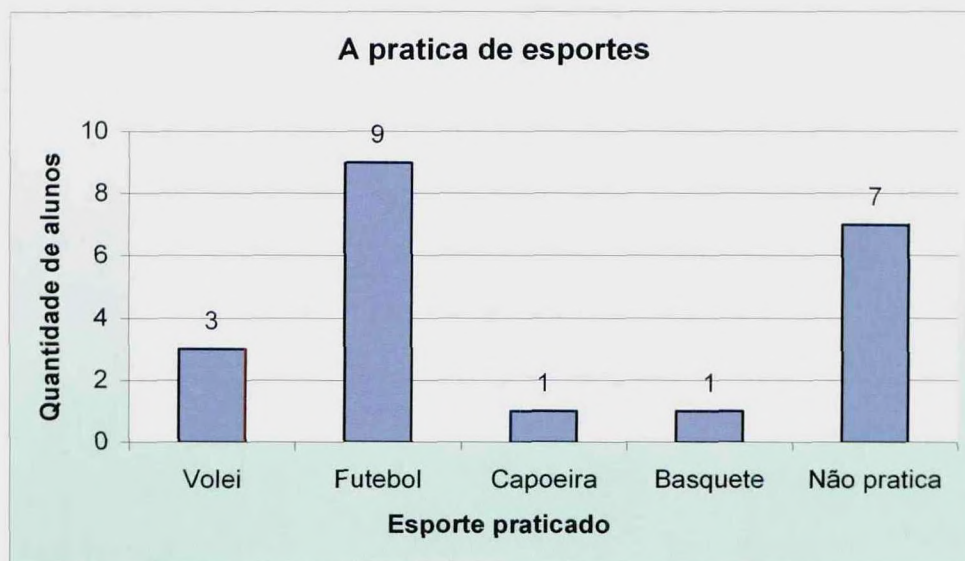
Ao analisarmos este gráfico podemos perceber o atraso nos estudos dos adolescentes, entre eles 03 (três) estudam no Colégio Hilda Teodoro Vieira, 08 (oito) Colégio Padre Anchieta, 01 (um) EJA, 02 (dois) Escola Desdobrado, 01 (um) Colégio Silveira de Souza, 02 (dois) Colégio Henrique Silva e 01 (um) Colégio Simão Hess.

Ao analisarmos o gráfico, 03 (Três) alunos com reprovação escolar, percebe-se que o acompanhamento da escolaridade dos adolescentes necessita um olhar mais amplo e aguçado, que proporcione as mesmas um maior desenvolvimento escolar.

O E.C.A contempla o direito a esse segmento acessar e apropriar-se dos conhecimentos e benefícios sociais produzidos pela sociedade, desenvolvendo-se integralmente como cidadão. Subtende-se o acesso e permanência na escola e outras redes sociais, que contemplem a doutrina da proteção integral como os projetos sócio-educativos.

As pesquisas sobre as causas da repetência e da evasão na escola de 1º grau acumularam um grande volume de dados, principalmente nas últimas décadas. Apesar disto a produtividade das escolas públicas continua a mesma. A literatura parece não ter conseguido produzir resultados que levem a superação deste problema fundamental da educação no Brasil.

GRAFICO 5 – A pratica de esporte dos adolescentes pesquisados



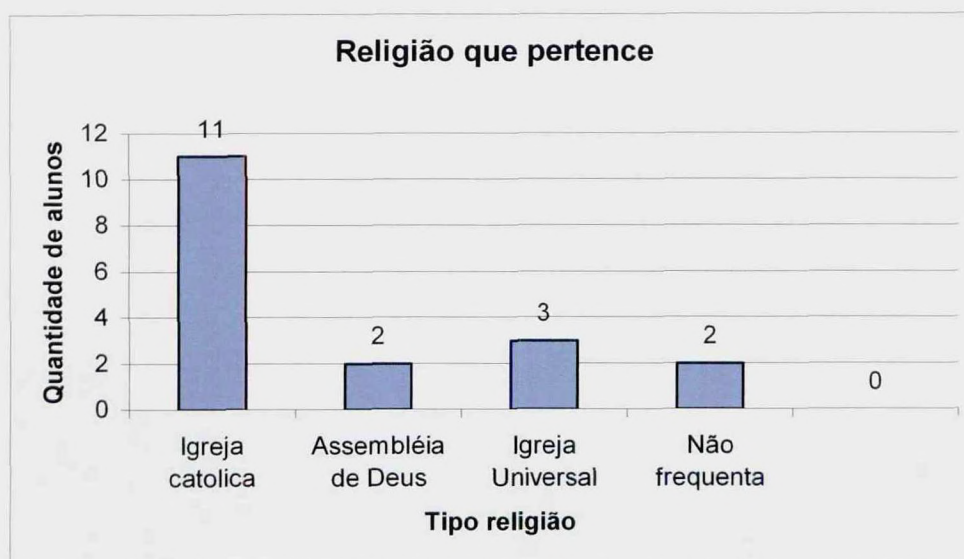
Ao analisarmos este gráfico podemos enfatizar a importância de considerar as atividades esportivas praticadas pelos entrevistados, pois são uns grandes atrativos e têm sempre uma boa aceitação pelos adolescentes, mas ao mesmo tempo estas atividades são

prejudicadas, pois a situação geográfica da comunidade é desfavorável quanto a sua prática, o que acarreta em poucas opções a serem desenvolvidas, essencialmente enfatizamos também a questão da assistência médica que dos 18 (dezoito) pesquisados todos utilizam o Sistema Único de Saúde, não possuem outro convênio médico e somente 01 (um) dos entrevistados sabe seu tipo sanguíneo. Uma constatação relevante, pois faz-se necessário que, preliminarmente, haja uma educação de base e conscientização quanto aos cuidados básicos de saúde.

#### GRAFICO 6 – Religião que os adolescentes praticam

Assistência Social São Luiz é um projeto ligado a Igreja Católica, mas mesmo assim não prevalece os adolescentes que seguem a mesma religião, ou seja, há abertura para todas as religiões.

Essa constatação nos leva a refletir que é preciso que o sistema de governo devolva algo significativo à sociedade, a partir de um comportamento ético, com princípios e valores, possibilitando a mesma oportunidade e os mesmos direitos para todos, sem distinção de raça, etnia e religião. E que também as instituições que possuem vínculos religiosos tenham como princípio a liberdade religioso conforme o artigo, da constituição federal.



Neste momento apresentaremos o resultado da pesquisa por meio de alguns depoimentos dos adolescentes.

As entrevistas foram realizadas individualmente numa sala reservada, onde após explicitarmos as questões para os entrevistados procurávamos deixá-los a vontade para falar sobre o tema.

Devido ao fato de nossos entrevistados serem adolescentes, optamos por não usar gravador, pois saberíamos que o uso iria deixá-los inibidos para exporem suas idéias. Combinamos com os entrevistados que iríamos escrever suas falas, sem revelar o nome dos mesmos. Por isso optamos por usar iniciais dos nomes.

Com esta pesquisa inicialmente intencionamos compreender as seguintes indagações:

- a) Quando existe conversa entre a família?
- b) O que faz nas atividades de Lazer?
- c) Fale sobre a Comunidade.
- d) Como conheceu o Projeto?
- e) Antes de participar do Projeto o que você fazia
- f) Descreva o Projeto:

A seguir apresentaremos alguns depoimentos dos participantes com relação às indagações:

Indagamos quando existe um momento de conversa entre a família, dos entrevistados 08 (oito) responderam não existir um momento de conversa em casa com os pais, dentre os motivos podemos destacar o horário que os pais chegam em casa, somente tarde da noite devido ao trabalho, a falta de incentivo ao diálogo pelos pais e pela presença da TV, conforme o depoimento:

Não/ “Chego em casa, vou brincar e depois assistir TV”.(N.P)

“O pai está em casa, de noite umas 10, 11 hs aí já to dormindo”.(L.R)

Os demais disseram que conversam durante as refeições, depois que chegam do trabalho, nos finais de semana, entre outros momentos:

“Uma vez por semana”.(I.G)

“Na hora do almoço”.(D.G)

Sobre o que fazem nos momentos de Lazer, eles enunciam:

Não. “Meu pai sai com meu irmão, eu não gosto de sair, eu não conheço ninguém”.(I.E)

“Passear, ir ao shopping e assistir TV”.(W.O)

“Visitar a avó, avô, assistimos TV, ficamos em casa” (M.S)

“Às vezes a gente sai, assistimos TV”.(E.R)

“Não dá tempo, ver TV só eu e minha mãe”(M.P)

Referente a atividade de lazer 12 (doze) alunos responderam que apenas assistem TV, que saem muito pouco de casa e os demais disseram que vão a praia, ao shopping e visitam os parentes.

Referente a esse questionamento, como também ao gráfico relacionando as atividades esportivas dos adolescentes procuramos situar o lazer como um direito social de todo o cidadão. Conforme consta no ECA, no Capítulo IV\_ Do Direito à educação, à Cultura, ao esporte e ao Lazer segundo o art.59º.

Conforme o ECA o lazer está previsto também no art.4, quando se refere ao dever do estado, da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com efetivação esse direito.

Mas as famílias dos entrevistados são impossibilitadas de vivenciarem esses momentos, devido o horário de trabalho, se resumindo apenas aos programas de TV quando conseguem ficar em casa com os filhos.

Segue as significações expressas quanto a visão deles sobre a Comunidade:

“Às vezes é legal e as vezes não. Tem morte, tiroteio e polícia, quando tem tiroteio fico em casa”.(T.V)

“É tranquilo, passa gente lá, ninguém mexe com a gente quando a gente desce. O tiroteio é lá pra baixo, onde fica os maconheiro, mas ninguém mexe com a gente”. (S.F)

“Sei lá fico em casa, não moro faz um ano lá, não conheço ninguém. Saio quando é necessário, fico em casa vendo TV”. (T.P)

“Deveria ser melhor, tem bastante briga e morte. Ontem morreu uma pessoa é bem ruim, cada vez fica pior, em vez de melhorar só tem a tendência de piorar. Mas é legal e tem amigos e bastante gente boa”. (H.R)

“É perigosa e calma às vezes também, na segunda teve tiroteio eu fico em casa, eu não saio”.

“Às vezes lá da tiro, depois que as polícia viero pro morro fazer revista parou um pouco e agora eles foram pro morro do macaco”. (U.F)

“Por um lado é legal e por outro é ruim. É legal porque tem os meus amigos perto, meu irmão e minha irmã e tem escola perto. Ruim porque dá muito tiro briga, é perigoso”. (E.J)

“Mais ou menos, eu não gosto muito. A gente não pode sair pra brincar com os amigos, não pode brincar na gente de casa porque fumam maconha”. (J.M)

“Mais ou menos, lá tem amigos e tem tiroteio, briga violência. Meu primo tem arma em casa e ainda mais ele tem uma filha”.( V.N)

“Mais ou menos, brigaceira toda noite, não tem lugar pra brincar, não pode soltar pipa porque o pessoal faz muito gato, não tem lugar pra jogar bolinha de gude, pião”. (E. C)

“Mais ou menos legal, tiroteio de vez enquanto tem”.(Y.G)

“Eu gosto mais ou menos de lá, por causa de que lá na frente de casa é tiro direto á noite lá os homens atiram pra cima sem nada”.(C.V)

“É legal, é ruim porque tem muito tráfico de droga muitas morte”.(S.M)

“De vez enquanto é chato porque dá tiroteio de noite, e é legal lá”.(V.S)

“É legal porque moremo mais lá em cima não perto dos traficante”.(F)

A partir dos depoimentos podemos constatar que esses adolescentes vivem em uma situação de risco social, os maiores problemas enfrentados pela população estão relacionados a segurança. Drogas, roubos e a violência são ao mesmo tempo causa e efeito das precárias condições de vida, evidenciando o baixo índice de escolaridade, desemprego, falta de perspectiva profissional para jovens e adultos e problemas afetivos no núcleo familiar. Devido a esta realidade, as famílias procuram o Programa Sócio-educativo em meio aberto: Projeto Esperança, visando o atendimento, pois o programa propõe um espaço de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, visando também o desenvolvimento comunitário, procurando assegurar o vínculo familiar, evitando que estas crianças/adolescentes fiquem expostas aos riscos a que estão sujeitos na rua, tendo como formação, conteúdos vinculados à área da criança e do adolescente (Projeto Político Pedagógico de 2005).

Ao indagarmos como conheceram o Projeto Esperança, os adolescentes expressam:

“Fizeram uma visita na minha casa convidando”. (F.S)

“A mãe vinha pegar a cesta básica, daí ela conheceu o Projeto e começaram a participar”. (I.J)

“Na Igreja”.(T.M)

“No morro!”.(N.Z)

“Pelo PETI”!(M.O)

A grande maioria dos alunos participava do projeto desde quando funcionava no Morro do Horácio, depois que ele foi transferido para Igreja, esta se tornou uma forte divulgadora durante os trabalhos paroquiais, como também através dos trabalhos da Assistência Social São Luiz. Outras foram encaminhadas diretamente pelo PETI, pois dentre os seus objetivos “destaca-se a possibilidade de acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola, a garantia de que as famílias possam ser inseridas em programas de geração de renda e emprego, e a oferta de apoio e orientação às famílias beneficiadas” SANTOS (2002, p. 70).

Questionamos o que faziam antes de participar do Projeto:

“Ficava em casa cuidando da prima e limpava a casa”. (E.S)

“Ficava em casa, na rua, brincava na rua e ia depois para a escola”.(S. S)

“Ficava em casa sozinha, com meu irmão, brincava na rua”.(C.S)

“Ficava em casa, arrumando a casa”.(C.L)

“Jogava bola no morro”.(C.C)

“Eu ficava em casa sozinha, ou ficava na casa da amiga da minha mãe”.(S.K)

“Via só televisão”.(T.G)

Esses depoimentos, vem de encontro ao que foi relacionado no gráfico 2 referente a localidade dos entrevistados, pois residem numa área de risco. Por essa razão a retiradas desses adolescentes das ruas e sua inserção em programas como o em questão, são de suma importância para as famílias como também para o desenvolvimento dos mesmos.

Interpelamos os entrevistados para que expressassem sua compreensão a respeito do Projeto Esperança:

“A gente faz bastante coisas brincadeiras, é melhor de que ficar em casa, na rua”.(M.V)

“É bom pra crianças não ficar na rua, não ficar as crianças em casa incomodando as família”.

“Eles levam e traz de ônibus, tem lanche duas vezes, tem três professoras e é legal”.(M.J)

“É bem legal, tem atividades, brincadeiras, professoras que são legais, o pátio é mais grande dá pra brincar de pega-pega de esconde-esconde, tem um lugar certo pra pegar o ônibus, o pessoal não vem a pé e a gente lancha”.(R.P)

“Lá a gente pode brincar de um monte de coisa e se não entrar pode entrar na vida do crime”. “Legal tem um monte de gente bacana, pode se divertir à vontade não tem perigo pra se machucar, tem lugar pra soltar pipa, jogar voley, taco, bolinha de vidro, pião”.( G.C)

“Ele funciona por causa da paróquia, pra tirar as crianças da rua, não ficar sozinho, fica longe do tráfico, da rua”. (H.K)

“É legal porque a gente faz vários trabalhos legal e fica brincando um pouquinho no recreio e a rádio”.(T.F)

A partir dos depoimentos, constatamos os motivos que mais levaram as crianças e adolescentes a participarem, como: novas amizades, prática de lazer, alimentação saudável, melhorias no rendimento escolar, um local seguro onde eles podem ficar, entre outros.

Nota-se que a partir desses depoimentos o quanto à participação no projeto é importante para o bem estar dessas crianças.

Através dos depoimentos relacionados, como também os dados coletados citados anteriormente, pode-se demonstrar o perfil dos adolescentes participantes de Turma Três



inseridos no Projeto Esperança, que serviram de base para a implementação da Oficina SocialArte de Educação Social no período de 2006/1.

Entendemos que a diminuição das desigualdades sociais, representa hoje um dos mais importantes desafios de qualquer sociedade. Atualmente, a sociedade civil é muitas vezes convocada para garantir as condições mínimas necessárias para a superação dos desequilíbrios sociais que afetam diretamente um enorme número de pessoas, considerando que milhares encontram-se necessitadas de recursos econômicos e sociais, e, o acesso ao desenvolvimento cultural e pessoal quase não acontece.

Desse modo, o Código de Ética do Assistente Social, quando trata dos princípios Fundamentais fazendo referência aos direitos sociais, como também no concerne a Lei que dispõem sobre a regulamentação da Profissão do Assistente social segundo Pequeno (2001, p. 02):

[...]o parecer jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, do conselho federal de Serviço Social, ao assistente social cabe desenvolver funções na área da Educação como empreender e executar as demais atividades pertinentes ao serviço Social, previstas pelo artigos 4º e 5ª da Lei 8662/93.

Esses dois documentos antes citados estão relacionados ao papel do serviço social no tocante a necessidade de aumentar o universo cultural dos adolescentes desenvolvendo suas possibilidades, com vistas a melhoria do convívio familiar e social, bem como a realização de uma educação para a cidadania contribuindo “para a formação de uma consciência crítica, expurgando a ingenuidade dos homens quando subestimam a importância do seu papel político e, por isso, não participam das práticas democráticas”. GERARDI, (2000, p.10).

Conforme SARMENTO (2000, p. 108):

A sistematização e a divulgação do conhecimento construído sobre as condições de vida da população e dos recursos disponíveis para garantia de direitos é papel crucial a ser desempenhado pelo Serviço Social como requisito necessário para tomada de consciência da qualidade de vida pela própria população, mobilização acerca de direitos sociais e, fundamentalmente, para democratização das relações socioinstitucionais.

Conforme a experiência de estágio obrigatório na instituição em questão entendemos que além dos agentes educacionais (experiências artísticas, jogos e brincadeiras entre outros), faz-se necessário abordar a temática dos direitos da criança e do adolescente. Conforme a realização de uma oficina de Música e outras expressões artísticas

no período de estágio, identificamos que os adolescentes desconheciam o estatuto da criança e do adolescente. Portanto entendemos a importância de instrumentalizarmos, esses adolescentes no tocante a informação referente aos direitos sociais.

Desse modo, apresentaremos no próximo capítulo considerações no tocante o uso da arte em ações sócio-educativas como forma de mediação em Serviço Social por meio da realização da Oficina SocialArte de Educação Social, utilizando o trabalho em grupo na operacionalização da Oficina.

### 3 MEDIAÇÕES EM SERVIÇO SOCIAL: O TRABALHO COM OFICINAS

*“Não pode existir nem na natureza, nem na sociedade nenhum objeto que neste sentido [...] não seja mediado, não seja resultado de mediações. Deste ponto de vista a mediação é uma categoria objetiva, ontológica, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito”.*

**George Lukács**

#### 3.1 O processo de trabalho do Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica de trabalho, e os trabalhadores dessa área vendem a sua força de trabalho a um contratante que a necessita. Desta forma, um trabalhador assalariado, o assistente social é também afetado pelas mudanças que vem ocorrendo na sociedade. Para que ocupe com competência os lugares que o demandam, o profissional precisa ter clareza das exigências da atualidade. Por muito tempo não se percebia o assistente social como um profissional que possui força de trabalho que tem valor na sociedade, não se vendo como um trabalhador objetivo, com um processo de trabalho que se desenvolve no cotidiano. (GRANEMANN, 1999).

Com relação à categoria trabalho, Yamamoto (1996, p.60) aponta:

*Através do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas.*

Desse modo, considerando a relevância do trabalho para o ser humano, o Assistente Social realiza um processo de trabalho, buscando se inserir no mercado de trabalho. O processo de trabalho contém vários elementos que lhe dão embasamento, conforme Guerra (2000, p.09):

No processo de Trabalho a passagem do momento de pré-ideação (projeto) para a ação propriamente dita requer instrumentalidade. Requer a conversão das coisas em meios para o alcance dos resultados. Essa capacidade só pode se dar no processo de trabalho, no qual o homem mobiliza todos os seus recursos convertendo-os em instrumentos para alcançar seus resultados. É essa capacidade que, como instância de passagem, possibilita passar das abstrações da vontade para a concretização das finalidades.

O processo de trabalho do serviço social é permeado por um conjunto de valores, intenções e posicionamentos ideológicos, que dão significado à instrumentalidade definida pelo profissional. Referente a esse aspecto Fernandes (2004, p.10) comenta:

O instrumental, direcionado por uma intenção de cidadania, poderá servir como espaço e possibilidade de mediação e articulação, como meio de contribuir para que os sujeitos desta sociedade, possam compreender o seu processo social de alienação e, na construção de estratégias para o retorno a uma vida digna, onde cada um possa exercer seu direito natural de pertencimento ao conjunto humano ao qual faz parte.

É imprescindível que o profissional tenha plena clareza do seu processo de trabalho, o seu significado, suas contradições, seus pressupostos pois, o fortalecimento de espaços e a ampliação de mercado de trabalho, a afirmação da identidade profissional e a legitimação do seu projeto ético-político depende dessa análise. Como também, é de suma importância que o profissional utilize o seu arsenal teórico metodológico e técnico operativo, como instrumentos fundamentais para superar os desafios e limites da realidade abrindo, desse modo, possibilidades de intervenção (Iamamoto, 1997).

A autora destaca os meios ou instrumentos de trabalho do serviço social, podendo ser divididos em instrumentos *técnicos operativos*: atendimentos, entrevistas, visitas domiciliares, encaminhamentos, diagnósticos (estudos sociais), relatórios, registros, dados estatísticos, reuniões, entre outros; e, *teóricos metodológicos*: os conhecimentos teóricos que vão embasar os instrumentos técnicos e toda a ação no cotidiano, orientado as atividades do profissional.

No contexto das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade atual, segundo Yamamoto (1997) o mundo da produção, da esfera do trabalho e das políticas públicas, estão passando por mudanças que repercutem no processo de trabalho do Serviço Social. Mudanças que provocam desafios no tocante à ação profissional, no que diz respeito à construção de propostas de trabalho criativas, sendo um profissional propositivo, através da formulação de políticas públicas e gestão de políticas

sociais e não somente ser um profissional executivo capaz de preservar e efetivar direitos a partir do cotidiano.

Desse modo, destaca-se a reflexão e a ação profissional no tocante a inserção do assistente social nos processos de luta, na perspectiva da emancipação humana, para a qual os valores ético-políticos, os modos de pensar e agir, contribuam para a defesa dos direitos humanos, da justiça, da liberdade, da equidade e da democracia. Em relação aos novos desafios para o profissional de Serviço Social considera-se fundamental a reflexão quanto às novas mediações, para o enfrentamento das várias expressões da questão social (ABREU, 2004).

Entender as particularidades das diversas expressões da Questão Social significa explicar os processos sociais que as (re)produzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam (Informação Verbal)<sup>18</sup>.

Conforme ARCOVERDE (1999, p.79):

Os assistentes sociais, situados num terreno movido por interesses distintos e contraditórios, não escapam aos fios que tecem a vida da sociedade mas procuram, como profissionais, decifrar as mediações que na atualidade permeiam a questão social desfazendo os seus nós. Ao mesmo tempo, procuram projetar e dar mais visibilidade às formas de resistência e luta por vezes ocultas mas presentes na realidade.

As múltiplas determinações da questão social vão sendo desveladas nos locais onde se desenvolve o processo de trabalho do serviço social, desta forma o assistente social deve buscar uma intervenção que supere uma visão simplificada que fragmenta o atendimento da vida social. Procurando não só decifrar as formas e expressões da questão social na contemporaneidade, mas atribuir transparência às iniciativas voltadas a sua reversão e/ou enfrentamento do imediato (Informação Verbal)<sup>19</sup>

Conforme Iamamoto (1997, pg14):

---

<sup>18</sup> Anotações da disciplina de Processo de Trabalho em Serviço Social Análise e Avaliação da 8ª fase, com a Rita de Cássia Gonçalves

<sup>19</sup> Anotações da disciplina de Supervisão de Estágio II da 8ª fase com a Professora Simone Matos, no semestre 2005/2.

[...] decifrar as novas mediações através das quais se expressa a questão social hoje é fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais, a sua produção e reprodução ampliada quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. [...] apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de intervenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano [...]

Fernandes (2004) em sua discussão sobre a dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social<sup>20</sup>, comenta sobre as dimensões da intervenção: a ética, o método e a práxis. Referente à ética, parte do princípio de uma ética libertária que considera fundamental a luta pela autonomia dos sujeitos, pela livre expressão na sociedade. Em relação ao método, partindo de uma ética libertária deve-se necessariamente buscar alternativas de construções de mediações direcionadas para a superação das obscuridades do real.

Diante do exposto, é considerável que o profissional esteja atento as práticas do cotidiano, ou seja, atento à realidade onde está inserido, bem como ao significado das informações e aos acontecimentos diários.

Concordando com essa relação, Fernandes (2004, p. 13) aponta que “a práxis é o movimento das atividades que não se limitam às ações repetidas, reiteradas e reificadas. A revolução do cotidiano deve estar presente na práxis dos assistentes sociais”.

Alguns qualificam a prática do Serviço Social de “práxis social”, se referindo ao conjunto da sociedade em seu movimento e contradições. A análise da prática do assistente social como um processo de trabalho, permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da Sociedade. Neste sentido para Oliveira (1988, p.91) quando o “ser profissional torna-se dinâmico, revestido de capacidade modificadora, transformadora de situações sociais. A esta mediação chamar-se-á práxis”.

Segundo Iamamoto (2001), o Assistente Social é um dos principais atores no sentido de garantir e ampliar a cidadania e os direitos sociais, sendo um mediador entre os interesses contraditórios da sociedade, onde a realidade perpassa e é perpassada pelas suas ações.

---

<sup>20</sup> FERNANDES, Idília. A dialética das possibilidades: a face interventiva do serviço Social. IN. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005

É por meio da categoria mediação que a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. Dada a importância desta categoria aos processos de trabalho dos assistentes sociais, elegemos esta temática para discussão no próximo item.

### 3.2 Mediação e Serviço Social

Segundo Martinelli (1993) a mediação é uma categoria instrumental por meio da qual se operacionaliza a ação profissional. Expressa pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias, que dão à ação profissional operacionalidade e concretude.

Para a autora a própria prática profissional é uma mediação, pois o profissional tem a possibilidade de imprimir um direcionamento à sua prática. Colocando em movimento toda uma cadeia de vínculos na relação totalidade/particularidade, tendo em vista a superação da realidade social concreta.

A mediação é, portanto, uma forma de objetivar a prática, pela qual o próprio profissional se objetiva enquanto ser social. É ao mesmo tempo, uma categoria reflexiva e ontológica, pois sua construção se consolida tanto por operações intelectuais, como valorativas, apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilitando fundamentalmente pela intervenção da consciência. MARTINELLI (1993, p.137):

Buscando clarear o entendimento da categoria mediação, nos embasamos em Pontes (1995), que discorre sobre “Mediação e Serviço Social”<sup>21</sup>. Segundo este autor, o assistente social, “atua nos sistemas de mediações que infibram as refrações da questão social constitutivas das demandas sociais à profissão” (PONTES, 1995, p. 177).

Para o autor, a categoria mediação não coloca o Assistente Social como mediador, pois, o profissional “atua com e nas mediações” (PONTES, 1995, p. 177). Através desta categoria, é possível compreendermos de forma crítica a realidade onde atuamos para então podermos agir, construir categorias para auxiliar a compreensão e as ações profissionais.

---

<sup>21</sup> PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

Por intermédio dessa categoria a profissão vem garantindo a compreensão teórica da dimensão profissional e do campo de intervenção, Pontes (1995, p.170) coloca que:

[...]com a incorporação da categoria de mediação na discussão metodológica, o campo de intervenções profissionais passou a ser percebido, mais ainda, como campo de mediações, desafiando a categoria dos assistentes sociais ao desvelamento da sua estrutura complexa.

Enquanto categoria dialética as mediações são os patamares do conhecimento da realidade, pois se desconsiderarmos a realidade social como totalidade e a mediação como possibilidade interventiva, estaremos trabalhando apenas no imediatismo (PONTES, 1995).

Ao contrário disso, concebendo a realidade como totalidade através da mediação, qualificaremos a nossa ação para além do imediato principalmente se inserirmos nessa discussão os princípios ético-profissionais no nosso processo de trabalho.

A mediação como instrumental privilegiado nos permite o acesso a explicações categoriais, como os que permitem instaurar processos sócio-educativos. Desse modo devemos ter conhecimento dos princípios que orientam a construção de mediações: o reconhecimento do ser social, compreensão da realidade, ou seja, apreendê-la enquanto totalidade composta por determinantes políticos, sociais, econômicos, culturais e históricos.(MARTINELLI, 1993).

Diante dessa exposição, infere-se que o Serviço Social deve, no seu processo de trabalho, possibilitar processos de reflexão, objetivando a informação e a garantia dos direitos sociais, que são os direitos básicos, as necessidades humanas, ou seja, fundamentais à sobrevivência humana: direito a saúde, alimentação, lazer, trabalho, educação, entre outros.

Podemos verificar esta reflexão na fala de Martinelli (1998, p.141):

Temos todo um potencial como educadores, como veiculadores privilegiados de informação. Somos educadores no sentido pleno do termo, trabalhamos com a consciência, com a linguagem que é relação social.

Podemos trabalhar no sentido educativo de revolucionar consciências, pois para cada pessoa que passa por nossa prática, devemos criar oportunidades para instituí-la como sujeito político nos marcos dessa sociedade (MARTINELLI, 1998).

Conforme Fernandes (2004, p04):



O Serviço Social é uma profissão que advoga a causa da humanização das relações sociais. É uma profissão que não aceita as desigualdades e está comprometida com a defesa dos direitos humanos e da justiça social. [...] deve legitimar estas práticas tendo consciência da significância das mesmas e ratificando todos os movimentos que se direcionam pela autonomia e cidadania dos indivíduos.

Neste sentido as transformações nos processos pelos quais, na atualidade, são estabelecidas as relações de enfrentamento da questão social por meio da ação estatal e da ação da sociedade civil (empresariado e de organizações sem fins lucrativos) implicam redefinições dos espaços tradicionais e o surgimento de novos, bem como reconfiguram as demandas profissionais e alteram as formas de inserção profissional e as condições de trabalho nos espaços públicos e privados. Desse modo tem-se a necessidade de inovar e atualizar o processo de trabalho do Serviço Social, ampliando o olhar em relação ao objeto de intervenção objetivando respostas mais efetivas, contribuindo para que se mantenha e amplie o seu espaço no mercado de trabalho (SIMIONATO, 1998), (ABREU, 2004).

Conforme já foi mencionado no início deste capítulo, o Serviço Social foi instituído como profissão para lidar com as contradições do capitalismo, com o Estado passando a tratar a questão social não só através da coerção, mas com a busca de consenso na sociedade, criando, assim, as bases históricas da nossa demanda (IAMAMOTO, 1997). O profissional deve procurar decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social para que possa apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais, quanto para projetar formas de resistência e de defesa da vida.

Vale destacar que o profissional deve produzir estratégias de enfrentamento às desigualdades construídas em um sistema de injustiças e segregações, por meio de ações sócio-educativas, no tocante à garantia de direitos, tendo como referência o projeto ético-político do serviço social.

Embasados nos princípios éticos profissionais transcritos no Código de ética de 1993, os profissionais devem fazer da sua atuação uma práxis transformadora, embasada “nas e com as mediações”<sup>22</sup>, no campo contraditório do seu fazer profissional e não, um executor de ações fragmentadas.

No seu fazer profissional os assistentes sociais lançam mão de uma série de instrumentos e técnicas, dentre elas, destacamos o trabalho com grupos. Para Kisnerman

---

<sup>22</sup> PONTES (1995, p. 177)

(1997) o grupo propicia que o indivíduo, como sujeito capaz de fazer uma reflexão crítica da realidade na qual está inserido, possa realizar atividades transformadoras.

Os métodos de trabalhos com grupos varia de acordo com as características e com os objetivos do grupo. Na perspectiva de se adaptar às necessidades atuais, novas metodologias podem ser utilizadas, como é o caso do trabalho em oficinas (OSÓRIO e ZIMERMAN, 1997).

Os autores comentam sobre as diferentes formas que os grupos podem se organizar para alcançar seus objetivos, dentre elas, destacamos os grupos sócio-educativos que objetivam aumentar o nível de reflexão, de conscientização dos participantes sobre dada questão, com um foco de trabalho previamente definido.

Essas considerações, vêm ao encontro do objeto de estudo do presente trabalho, a fim de demonstrar as possibilidades que se abrem ao serviço social por meio do trabalho com grupos apresentaremos, no tópico a seguir, a experiência da Oficina SocialArte de Educação Social, um caminho para o exercício da cidadania e para a valorização pessoal dos adolescentes inseridos no Projeto Esperança.

### 3.3 Oficina SocialArte de Educação Social: Demonstração e Avaliação dos Resultados

Após um semestre de estágio no Programa Sócio-educativo em meio aberto: Projeto Esperança conhecendo a instituição, sua equipe de trabalho e criando vínculo com as crianças e adolescentes participantes do programa, percebemos a necessidade de desenvolvermos a Oficina SocialArte de Educação Social, para aperfeiçoar as atividades educacionais já desenvolvidas no processo de estágio obrigatório, no segundo semestre de 2005.

Neste período, devido à situação de greve na Universidade Federal de Santa Catarina, alguns processos tiveram sua dinâmica alterada, em especial no que diz respeito ao estágio supervisionado. Desta forma, algumas atividades tiveram que ser retomadas no ano de 2006, dentre elas, a avaliação das oficinas realizadas no Projeto Esperança.

Verificando a importância desse processo, procuramos a Assistência Social São Luiz a fim de desenvolver um sistema de avaliação da prática realizada, como também vincular os conhecimentos da academia na realização dessa oficina. Mediante a autorização

da Assistente Social foi realizada a Oficina SocialArte de Educação Social com a “Turma Três” do período vespertino retomando a temática dos direitos da Criança e do Adolescente, no mês de junho de 2006.

Durante o processo de estágio foi possível acompanhar e desenvolver ações com acepções da educação popular, com as crianças e adolescentes inseridos no Projeto, sendo que uma das atividades realizadas na oficina de trabalho que merece destaque foi a temática sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente lei nº 8.069, promulgado no dia 13 de julho de 1990. Pontuando que a partir do mesmo crianças e adolescentes sem distinção de raça, cor, classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. A discussão na oficina teve o objetivo de questionar os educandos no tocante ao meio sócio-político, econômico e social do país, identificando quais os direitos que acreditam possuir e ao mesmo tempo identificando aqueles que são violados, através de desenhos (POTIER, 2005).

Buscamos, através da Oficina SocialArte de Educação Social, realizar um trabalho comprometido com a educação dos adolescentes através da arte, especificamente a linguagem da música, do desenho e do teatro, a fim de que adquirissem capacidade de ação, isto é, pessoas conscientes de sua condição como sujeitos de direitos e deveres em conformidade com o ECA, e, ao mesmo tempo, capazes de atuar em diversos setores da sociedade.

Conforme anteriormente mencionado a Oficina foi realizada com os 18 alunos da “Turma Três” de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 14 anos. A implementação da oficina ocorreu através de encontros semanais no período vespertino, durante 45 min. Tínhamos o horário e dia pré-estabelecido pela coordenação do programa para a realização da Oficina de Música, logo utilizamos o horário da Turma Três para a realização da Oficina SocialArte, somente com essa turma, conforme o que foi acordado com a Assistente Social.

Vale destacar que o Perfil Sócio-cultural foi realizado com a Turma três no processo anterior, sendo que 10 alunos permaneceram na turma atual, uma aluna foi transferida para a Turma Três do período matutino e, dentre os demais, alguns saíram do projeto. De um modo geral os alunos são residentes dos Morros: Horácio, Vinte e Cinco e Nova Trento e estudantes das Escolas: E.E.B Padre Anchieta, Simão José Hess, Professor Henrique Estudick, Escola Desdobrada Oswaldo Galupo e Hilda Theodoro Vieira.

### 3.3.1 Operacionalização da Oficina SocialArte de Educação Social

Inicialmente foi solicitado que a Turma se dividida em dois grupos, se dividiram por afinidade, pois o objetivo era a participação de todos e não somente de alguns, assim alguns integrantes da turma teriam a oportunidade de se relacionarem com outros alunos. A organização dos grupos facilitou o processo de trabalho diante das limitações encontradas para a realização da oficina como, por exemplo, o nº insuficientes de exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo apenas dois para trabalhar com a Turma.

Depois de organizados os grupos escolheram nomes específicos: “O Bonde do Menor” e a “Galera da Firma” objetivando o vínculo entre os membros e a identidade do grupo, considerando fundamental o estímulo ao trabalho em equipe, a busca de parcerias e a divisão de tarefas para que todos pudessem participar das atividades. Questionamos quanto a escolha do nome “O Bonde do Menor”, comentando que o termo “Menor” não era mais utilizado devido ao ECA que reconhecia a criança e adolescente como sujeitos de direitos. Os alunos refletiram e optaram pelo nome: “Bonde Do Menor Adolescente”.

Os trabalhos iniciavam sempre após organizarmos os grupos em dois espaços reservados, a oficina era realizada num local específico uma sala que também era utilizada para as reuniões da igreja. O ambiente físico é muito importante para o bom funcionamento do grupo, a sala era o lugar ideal para aquele momento, mas houve dias em que foi difícil trabalhar com o grupo naquele local. A sala possui um espaço amplo fazendo com que os adolescentes ficassem dispersos, apresentando dificuldades de se concentrarem, pois muitos falavam alto não respeitando a fala do outro. Alguns se irritavam facilmente por pequenas coisas, apresentavam dificuldades em controlar-se, agrediam os colegas, com palavras, ora batiam, etc. Palavrões eram usados com frequência.

Lentamente a situação foi se modificando, começamos a estabelecer uma relação de confiança e respeito entre os grupos, sendo que os integrantes começaram a se interessar pelas atividades no decorrer da oficina. Organizar os grupos para a realização das tarefas era um trabalho desafiador, principalmente no tocante a integração dos componentes.

As atividades da Oficina SocialArte de Educação Social consistiram em:

Primeiro encontro: Dinâmica de apresentação, explicando sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA através da utilização de um texto simplificado contendo o

histórico da lei e destacando os direitos fundamentais garantidos pelo ECA. São eles: o Direito a Vida, Direito a Saúde, Direito a Dignidade, Direito a Convivência Familiar, Direito a Educação, Direito a Cultura, Direito ao Esporte e o Direito ao Lazer. (ANEXO H)

Foi possível perceber que durante a oficina alguns mencionaram não conhecer o estatuto, perguntei apenas para o grupo quantos já tinham ouvido falar sobre o mesmo e apenas três alunos tinham conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo encontro: Desenho utilizando como atividade artística fazer a caricatura do ECA expressando como eles enxergavam o Estatuto à criação do ECA, um menino de 16 anos que eles nunca tinham visto pessoalmente (ANEXO F).

Procurou-se despertar a participação do grupo, através de atividades lúdicas utilizando a caricatura como atividade inicial.

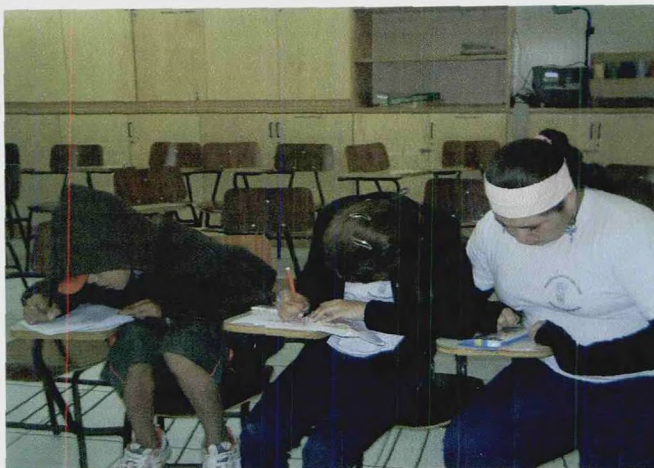
Terceiro encontro: Reflexão e discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA através de uma atividade chamada: “Quem pergunta, quer resposta!”. Possibilitando aos dois grupos à consulta no próprio Estatuto<sup>23</sup>.

Perguntas:

- 1º) O que significa o E.C.A.? Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 2º) Quantos anos têm o E.C.A.? 16 anos.
- 3º) Até que idade o ECA protege o adolescente? 18 anos.
- 4º) A partir de que idade o ECA protege a criança e o adolescente? Antes do nascimento.
- 5º) A Lei considera criança até quantos anos? De 0 aos 12 anos.
- 6º) A Lei considera adolescente até quantos anos? De 12 aos 18 anos
- 8º) Quantos artigos têm o ECA? 267 artigos.
- 9º) Qual o nº da lei do ECA? Lei 8.069/90.
- 10º) Qual o órgão responsável no município de Florianópolis pela fiscalização dos Direitos da criança e o adolescente? Conselho Tutelar.
- 11º) Qual o Direito que a Criança tem antes mesmo de nascer? Direito à Vida.
- 12º) Qual o Direito que a Criança e o Adolescente deverá exigir enquanto estiverem doentes? Direito à Saúde.
- 13º) Em um hospital a criança tem..... ? Preferência no atendimento.
- 14º) Qual o direito que está sendo *infringido* quando a criança e o adolescente estão sendo proibidos de brincar e de divertir-se? Direito à Liberdade
- 15º) Que Direito a criança e o adolescente exerce enquanto estuda? Direito à Educação

<sup>23</sup> Utilizamos como referência o artigo: Oficina sobre o ECA no Projeto Paz e Cidadania nas escolas no Bairro.

### 1- Grupo realizando a atividade.



Quarto encontro: Atividade lúdica possibilitando a reflexão e expressão dos grupos quanto à compreensão do Estatuto, através da utilização de desenhos, composição de RAP, confecção de cartazes e apresentações cênicas.

Procurávamos despertar a participação do grupo, através de atividades lúdicas, pois os alunos preferem participar de atividades externas e de livre expressão. Entendemos ser esta uma forma de obter o envolvimento dos adolescentes e ao mesmo tempo averiguar a reflexão quanto ao tema abordado.

Os trabalhos apresentados foram produzidos durante a oficina e alguns merecem destaque quanto à criatividade. São eles:

a) RAP sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente: dois alunos utilizaram como material de consulta para a composição da música o texto utilizado no primeiro encontro, o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente e também as perguntas utilizadas no Terceiro encontro. A letra foi transcrita na íntegra conforme a elaboração dos alunos.

#### *ECA*

*O Estatuto, Estatuto que nasceu  
Dia a dia ele cresceu  
Foi se transformando a criança ajudando.*

*O direito de viver*

*E o direito de sonhar  
Saúde e amizade  
Vai se transformar*

*Nos somos iguais  
Não existe diferenças  
ECA, sempre ECA  
Sem guerra e violência*

*De sua opinião e em forma de expressão  
Amor e paz  
Dignidade e união*

*Esse som eu to cantando  
Pra você Eu to falando  
Pra continuar as crianças ajudando*

*Nosso jeito de expressar  
Nosso jeito de viver  
No futuro ECA as crianças vão crescer*

*É assim não  
Não posso me esquecer  
Do adolescente que faz  
Parte da nossa gente*

*Que não crie guerra  
Que não crie morte  
No final da história  
O amor vai ser forte.*

A música pode atuar de fora para dentro, quando atinge um ouvinte e este a expressas em movimentos físicos, cantarolando, percutindo objetos ou somente ficando em silêncio, mas atento ao acontecimento musical. Quando a música é criada pelo próprio indivíduo, isto é, quando ele é o compositor, essa atuação é de dentro para fora. (MENDES e CUNHA 2001).

A música acabou despertando o interesse do grupo em organizar apresentações, de modo que procuramos a Rádio Cultura AM. 1.110 a fim de apresentar a música em um programa e também solicitamos a colaboração na gravação da canção em um cd para o registro desse trabalho. Fomos acolhidos pela equipe e sendo possível a gravação da música, onde também nesta oportunidade participamos com os alunos ao vivo no Programa “Cultura e você” no dia 13 de julho dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 16 anos.

Esse Programa Vai ao ar de terça-feira a quinta-feira das 13h30min até 14h30 min. O objetivo principal do programa é a informação de notícias atuais e do cotidiano veiculadas de forma fácil, rápida. Além de oferecer aos ouvintes, bolsa de emprego e entrevistas com os mais diversos profissionais. No molde do programa existe um espaço para dicas de saúde, trazendo especialistas das mais diversas áreas, associações, sindicatos, comunidades e Ong's. Além de dar oportunidade a novos talentos, escritores, cantores, artistas (Informação verbal)<sup>24</sup>.

Desse modo, fomos entrevistados pela apresentadora onde transmitimos informações referentes ao Projeto Esperança, quanto à sua realização e objetivos, como também informações referentes às atividades realizadas com os educandos e a equipe de trabalho. Como a música resultou da Oficina SocialArte de Educação Social, comentamos a respeito desse processo de trabalho reforçando o objetivo de vincular os conhecimentos da academia na realização da oficina.

## 2- Apresentação dos alunos ao vivo.



---

<sup>24</sup> Informações repassadas pela Jornalista, produtora e apresentadora do Programa: Lillian Dalla Barba Meyer.



### 3-Equipe da Rádio Cultura com os alunos do Projeto Esperança



b) Teatro: Segundo (CRUZ, 2004) o teatro é um instrumento mais eficaz para provocar a transformação social nas culturas de cada comunidade, pois inclui todas as formas de expressão artística: cênica, plástica, literária. O educando ao participar de uma encenação de criação coletiva está produzindo seu próprio repertório de alternativas e projeto de vida.

Nesta atividade, três alunos escreveram uma peça teatral, será apresentado na íntegra conforme a escrita dos alunos.

#### *Os Direitos das Crianças e dos Adolescentes*

*“Era uma vez uma família que brigava muito e achavam que nada tinha direitos a filha sabia que todos tinham direitos mais não cumpriu com seus direitos a filha tentava falar mais, quanto mais falava mais se prejudicava mais um dia sua amiga falou que ela tinha que procurar seus direitos ela mau chegava do colégio e já tinha que trabalhar.*

*Quase não comia um dia ela foi para o colégio e a professora perguntou você está bem e ai a menina respondeu não a professora perguntou se ela tinha comido a menina respondeu não a professora perguntou e ela queria comer a menina com muita fome e pálida respondeu sim professora quero e ai a menina começou a comer repetiu 3 vezes pelo menos foi para a casa de barriga cheia*

*A menina chegou em casa e foi trabalhar muito feliz e dormiu muito também pensando nos direitos das crianças e um dia ela resolveu contar tudo para a professora o que seu pai fazia com ela dentro de casa*

*A professora triste chamou o pessoal do ECA e esses deram um lar melhor para a menina e assim todos acabaram felizes para sempre”.*

Ao final da apresentação foi possível perceber que eles compreenderam que o Conselho Tutelar é um órgão também utilizado para denúncia e no caso específico da peça teatral eles apresentaram exemplos de situações de miserabilidade, fome e negligência. É comum nas famílias desses adolescentes, os pais trabalharem em período integral e os filhos ficarem responsáveis pelos irmãos pequenos, como também responsáveis pelas tarefas domésticas da casa. Exemplificaram também a situação de crianças afastadas da família.

#### 4- Apresentação do Teatro



b) Desenhos: sempre foi sugerido pelos educandos, é um meio fundamental para que eles possam expressar-se das mais variadas formas e nessa atividade o objetivo maior foi proporcionar uma compreensão do mundo que os rodeia, um mundo cheio de contradições, conflitos, certezas, incertezas e desigualdades sociais, mas que existe um Estatuto que garante direitos.

Conforme Zapelini (2001, p. 39):

O espaço lúdico e o colorido das tintas, lápis de cores, papéis coloridos e similares é bastante atrativo e importante para essas crianças. Percebe-se que estas crianças e adolescentes não têm acesso a esse tipo de material, visto que são caros para o poder aquisitivo das famílias, que quase não fazem parte de sua infância, por isso, o

prazer nas atividades como pintura, recorte, colagem, manuseio de materiais moldáveis e dobradura.

As atividades artísticas são importantes para o educando exercitar a imaginação e também para o desenvolvimento da criatividade. Estimulando a auto-estima e a participação de trabalhos coletivos.

A prática do desenho como atividade, é sempre importante a observação do processo de desenhar que se concretiza, o qual contribui para a constituição das figuras, das interpretações, das seleções das cores, das negociações para a escolha dos nomes dos personagens, dos lugares etc. São essas “oportunidades de observação que ampliam o conhecimento que se tem sobre o modo de ser de cada uma das crianças”. (FERREIRA e SILVA, 2001, p. 155)

5-Foto dos alunos realizando as atividades





e) Elaboração de cartazes: destaque para o cartaz de duas alunas, que realizaram uma reflexão quanto aos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes.

Trabalharam no cartaz especificamente sobre o Direito de Estudar relacionando a árvore dos direitos e a árvore dos limites (deveres).

Árvore do direito da criança e do adolescente: de ter esperança, ter paz, brincar, união, carinho, compreensão, diálogo, comer, amor, família, amigo, ser ouvido, atenção, viver e saúde.

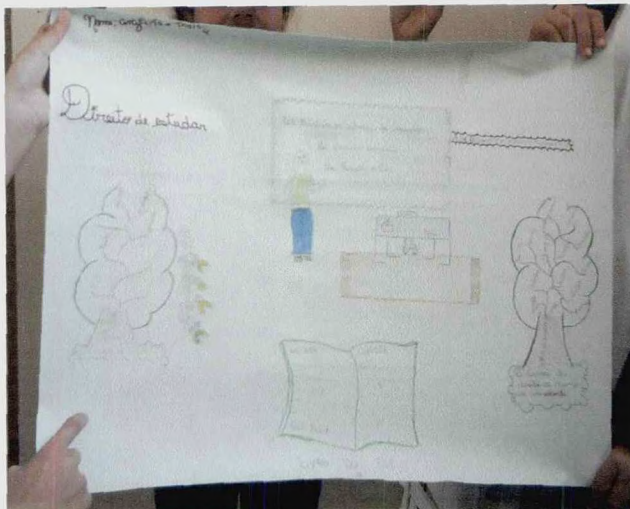
Árvore dos limites (deveres) da criança e do adolescente discutiram especificamente sobre o Direito de Estudar, relacionando com o comportamento que se deve ter nas aulas do Projeto Esperança.

Vale destacar a frase utilizada no tronco da árvore: “Tudo tem seu tempo”.

Nos ramos da árvore destacaram: tempo de brincar, esperar, de agir e de passear.

Nos outros espaços destacaram o que não se deve fazer no Projeto Esperança: bagunçar, conversar e atrapalhar.

### 6- Foto ilustrando o Cartaz.



Nesse momento verifica-se que os alunos demonstraram o caráter disciplinador do projeto assimilado por eles.

#### 3.3.2 Avaliação da prática realizada.

A partir da execução da Oficina, surge a intenção de avaliar os resultados obtidos através de sua realização frente ao papel da profissão do Serviço Social na área da educação, especificamente no tocante a importância da arte na construção da autonomia do adolescente, a arte-educação no aspecto social e como o Serviço Social pode contribuir nessa discussão.

Entendemos que os trabalhos desenvolvidos em pequenos grupos permitem a integração dos componentes estimulando o convívio social, procuramos uma contribuição na busca de alternativas, organização e ampliação de conhecimentos, a fim de possibilitar o desenvolvimento de reflexões e criatividade.

Referente à motivação para a participação do grupo, utilizamos a técnica de fazer perguntas. Após colocar o tema através de informações ministradas, os participantes necessitam de estímulo para exporem suas idéias. Procurávamos desenvolver atividades de perguntas, conseguindo assim obter respostas.

Conforme Kisnerman (1980) o grupo sente-se motivado com base no tema, assunto ou problema cuja resolução é sentida como necessidade e objetivo da discussão em grupo.

Descreveremos alguns depoimentos das crianças e adolescentes, suscitados por meio de perguntas com base nos seguintes objetivos:

- Saber quais conhecimentos que os educandos tinham a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, antes do início da Oficina.

“Já ouvi alguma coisa sobre Direitos Humanos, na aula de História e Geografia, mas sobre o ECA Não” (B.C)

“O pai sempre fala pra estudar, pra te um futuro melhor quando crescer, só isso. (F. S)

“Já, direitos e deveres da escola”. (M. P)

“Já sim, Direito humano”.(O. R).

“Sim, na escola a professora só explicou”. (V. N)

“Já ouvi falar sobre direito sobre as greves, um monte de gente falou que tinha direito, mas sobre o ECA nada”.(L. H)

“Já na justiça”.(H. S)

Antes da Oficina apenas quatro alunos tinham conhecimento superficial sobre o Estatuto: “Sim, na escola”. Seis alunos confundiam o ECA com Direitos Humanos ou até mesmo regras escolares, um conhecia o ECA, porque os pais se divorciaram e os sete alunos restantes não sabiam nem o que responder por falta de conhecimento ou por inibição mesmo.

- Qual das atividades da oficina o educando mais se identificou.

“Perguntas do livro, porque gosto de achar as coisas”. (F. P)

“Procurar no livrinho mesmo”. (E. S)

“Legal, aprendi um monte as pergunta foro boa, como era o ECA? Como era adolescente e a criança”. (D.F) (se refere a idade)

Nessa atividade os grupos demonstraram muito interesse principalmente porque fizemos uma competição entre os grupos e essa atividade estimulou bastante os educandos. Através da fala dos adolescentes, percebe-se que eles gostaram da atividade.

Facilitamos o processo informando a página do Estatuto onde poderiam encontrar a resposta, alguns alunos encontravam dificuldade, devido à linguagem técnica utilizada:

“Foi interessante, mas meio difícil”. (G. V).

“Legal foi saber que a criança tem direito, desde quando tá na barriga da mãe” (K.C.).

- O que representou a oficina para o grupo.

“É interessante para todas as turmas”. (C. M)

“Eu aprendi o que a gente tem que saber como é o direito. Pessoas dizem que o direito é uma coisa. e aí tu vai ver no livrinho é outra. Por exemplo: o Direito de se divertir, pessoas falam que a criança tem que trabalhar, mas no livro fala que tem que se divertir. Pai quer que eu cozinhe, lave roupa, limpe a casa”. (B. F)

“Muito interessante aprender sobre o ECA”. (J. P)

“Legal porque fala do ECA, dos direito da criança e do adolescente, do adulto não”. (E. G)

“Mais ou menos, interessante pra gente aprender, mas é um assunto chatinho, falar sobre direito” (J. V)

“Baita, porque não sabia o que era esse negócio de ECA, agora eu sei o que é isso”.(D. O)

“Legal a gente aprendeu bastante sobre o ECA”. (U. L).

“Legal, porque aprendi coisa nova” (C. R)

Legal aprender sobre a liberdade da criança e adolescente.

O comentário da adolescente (B. F), vem ao encontro da situação relatada na peça teatral. Naquele momento, questionamos os alunos quanto a escolha desse roteiro e muitos alunos levantaram a situação dos amigos que enfrentam situações de negligência e que muitos deles antes de participarem do Programa ficavam em casa, nas ruas, cuidando dos irmãos, da avó, limpavam a casa, entre outras atividades.

Referente ao fenômeno da negligência familiar, está implícito nas diferentes formas de violência doméstica (física, sexual, psicológica e a negligência).

Segundo Azevedo e Guerra (1996) todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, isso implica de um lado numa transgressão de poder/ dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação de direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em

condições de desenvolvimento. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos etc.

Desse modo, o Assistente Social deve estar atento as situações que evidenciam a problemática do preconceito, as questões de abandono, a falta de acessibilidade, superproteção, desconsideração das potencialidades, entre outras questões. Percebendo a sua real importância como educador garantindo a essas crianças e adolescentes a possibilidade de adaptação a uma vida comunitária, também intervindo no âmbito familiar através do diálogo, da informação e etc.

- Sugestões dos educandos para novas temáticas a serem discutidas na Oficina.

“Direito sobre saúde” (M. M)

“Direito da Natureza, sobre os animais, cuidar da Natureza”. (L.G)

“Direito de Cultura, arte, falar sobre música, cantar!”(M.F)

“Fazer mais desenho, do cartaz, das pintura”.(L. G)

“Mais arte”.(C.P)

“Falar sobre Família” (P O)

“Falar sobre namoro, brincadeiras”. (D.S)

“Discutir o Direito de Brincar e estudar”.(B, F)

“Falar sobre emprego, porque eles pede experiência, eles não pego estagiário”.(H.S)

A partir dos depoimentos constatamos que como o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social, existe a necessidade de ação profissional junto à criança e ao adolescente, seus familiares e outros, buscando a participação dos mesmos, e alternativas para melhoria das condições de vida. Através das sugestões de temas para serem discutidos futuramente, demonstraram interesse pela educação ambiental, questões familiares e afetivas. Assuntos pouco discutidos nas escolas devido ao programa escolar e em casa com os familiares que na maior parte do tempo estão ausentes devido ao trabalho, ou porque a família não adota na rotina familiar o diálogo com os filhos sobre assuntos como afetividade, sexualidade, entre outros.

Os depoimentos apresentaram uma resposta à nossa prática realizada, os resultados obtidos através dos participantes demonstraram o alcance dos objetivos da Oficina, pois o estímulo à participação sempre foi algo trabalhado na oficina através do diálogo e da conscientização. As atividades artísticas facilitaram o desenvolvimento da oficina,



fortalecendo o vínculo entre os integrantes, contribuindo para uma melhoria das relações interpessoais. Possibilitaram também aos adolescentes, um maior reconhecimento de seus direitos e deveres, despertando atitudes críticas e reflexivas, levando os mesmos a perceberem-se enquanto cidadãos.

Diante da prática realizada entendemos que o Assistente Social deve atuar como educador social, pois cabe a ele proceder de maneira a incentivar essas relações, orientando na forma de falar, nos momentos de ouvir e de ser ouvido, de observar etc. Tornando consciente para os integrantes, a necessidade de colaboração, pois enquanto educador social deve priorizar a autonomia de educando, o escutar o outro é a base da ação sócio-educativa.

Lima (2004) coloca que as ações sócio-educativas realizadas de acordo com o projeto ético-político profissional conduz a intervenção para o desenvolvimento de ações profissionais voltadas para a construção da cidadania para todos, defesa, a ampliação e a consolidação de direitos sociais e político. Neste sentido faz-se necessário fazermos uma discussão sobre Serviço Social e ações Sócio-educativas.

### 3.4 Serviço Social e Ações Sócio-Educativas

As ações do assistente social, contém uma dimensão operativa, ética e expressa no momento em que é realizado o processo de apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos e éticos-políticos da profissão por meio dos processos interventivos. Processos, que garantem subsídios e legitimidade a formulação de agendas públicas e a proposição de políticas sociais, que venham a responder as demandas dos usuários e alimentar um processo de construção coletiva de reivindicação, afirmação e efetivação de Direitos Sociais LIMA (2004).

As ações profissionais podem ser estruturadas em torno de três eixos de intervenção, dialeticamente articulados e ancorados na dimensão investigativa. Assim as ações profissionais realizam-se através de diferentes abordagens utilizando-se de diferentes instrumentos técnico-operativos com os três eixos norteadores: Processos Políticos-Organizativos, Processos de Planejamento e Gestão e Processos Sócio-Assistenciais com

uma intervenção direta aos usuários destacando ações sócio-educativas. Para Lima (2004, p. 04) no entanto:

As ações sócio-educativas podem ser desenvolvidas como um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o usuário em sua inserção institucional e na sua vida sócio-político-cultural, como podem estar direcionadas ao fortalecimento dos projetos e lutas de classe trabalhadora, contribuindo para a reconstrução das relações sociais ao retraduzir os valores éticos-políticos, os modos de pensar e agir dessa classe, o que implica na defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da autonomia e da democracia.

Segundo a autora dois projetos orientam a profissão, um está baseado no conservadorismo histórico onde a ação profissional se orienta para o consenso/coerção, outro baseado na concepção crítica/dialética que orienta as ações através de uma pedagogia emancipatória com vistas à efetivação de direitos, para a emancipação dos indivíduos enquanto sujeitos históricos. Com ações profissionais estratégicas pautadas no projeto ético-político.

Marina Maciel Abreu, em seu texto “A Dimensão Pedagógica do Serviço Social-Bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira (2004), nos ajuda a compreender a discussão sobre a função pedagógica do Serviço Social em seu desenvolvimento na sociedade capitalista. A discussão é baseada na premissa gramsciana de que toda relação hegemônica é eminentemente pedagógica, configurando-se no fundamento básico da discussão sobre a dimensão pedagógica do assistente social inscrita nos processos contraditórios de organização e reorganização da cultura<sup>25</sup>.

A autora comenta que a pedagogia emancipatória reflete as contradições e desafios postos nas lutas sociais das classes subalternas isto é, entre o horizonte da cultura do “bem-estar” e o da superação da ordem capitalista e construção de uma nova superior cultura, constatando-se a prevalência da primeira.

De modo que as ações sócio-educativas pensadas na efetivação a cidadania e efetivação dos direitos permitem o estabelecimento de um processo emancipatório que oportuniza os indivíduos se perceber como sujeitos na sociedade onde estão inseridos e usufruir dos bens (materiais e imateriais) nela produzidos. São ações realizadas de acordo

---

<sup>25</sup> A questão pedagógica na obra de Gramsci integram o conjunto de suas reflexões voltadas para uma análise política da sociedade capitalista, na perspectiva de que Cultura para o mesmo, é plenamente política, é ato vital, é uma necessidade histórica na perspectiva da transformação da práxis (Abreu, 1996).

com os compromissos ético-políticos propostos para a profissão na perspectiva da defesa dos direitos, garantia e efetivação de Direitos, acontecendo em diferentes espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais e também com características distintas quando vinculadas aos diferentes processos de intervenção (LIMA, 2004).

A autora nos aponta que as ações sócio-educativas tendem para uma reflexão que oportuniza ao usuário a compreensão efetiva da Sociedade onde vive; dos Direitos que possui nessa Sociedade; da possibilidade de coletivização de suas necessidades de modo a ampliar, na esfera pública, seus Direitos; e da responsabilização ética que o profissional deve ter, expressas nas dimensões assistenciais do trabalho vivo (trabalho criador), na relação de acolhimento, de criação, de vínculo, de produção de resolutividade e da criação de maiores graus de autonomia no modo do usuário se relacionar com a família e com a comunidade.

Os objetivos que orientam as ações sócio-educativas consistem em:

- Construir, através do processo de co-participação profissional/usuários e grupo de usuários, alternativas concretas de acesso, de ampliação e de consolidação de Direitos que atendam as demandas dos usuários dos serviços.
- Estabelecer a reflexão e discussão através da informação e do conhecimento sobre situações de interesse do usuário, ou do grupo de usuários para que possam entender, problematizar, participar e interferir nas formas de acessar as informações e de usufruir serviços e benefícios.

Referente às ações sócio-educativas, a educação popular entra em cena, segundo KOROUSE (2004, p.38) “estabelecendo o homem como sujeito do processo, maximizando a possibilidade do modelo atual de sociedade”.

O projeto ético político pode ser apreendido como um processo que se apresenta em contínuo movimento e que tem a liberdade como seu valor central, ou seja, de colher alternativas concretas de intervenção.

Como o Programa Sócio-educativo em meio aberto: Projeto Esperança adota conteúdos vinculados a área da criança e adolescente e tem, como princípios as concepções

de educação popular, discutiremos no próximo tópico sobre a Educação Popular, pois utilizamos, também, como referência na realização da Oficina SocialArte.

### 3.5 Educação Popular e o Serviço Social

No contexto histórico da profissão, o Serviço Social se desenvolveu com uma identidade de intervenção assistencialista não percebendo que colaborava para manter a conformação social, pois constituiu-se no projeto burguês de sociedade.

Mas o Serviço Social foi influenciado pelas tendências emancipatórias que culminou com o rompimento e negação das práticas conservadoras, a partir dos anos 70, com o Movimento de Reconceituação.

Os profissionais tinham uma posição calcada na harmonia social ou seja, na visão funcionalista onde o dom era pressuposto para ser um assistente social, mas o Movimento de Reconceituação teve um papel importante na crítica do profissional ao tradicional abrindo caminhos para a construção da identidade profissional. Como podemos destacar nos anos de 1960 e 1970, já no contexto da ditadura militar a participação se coloca como centralidade nas formulações profissionais, explicitadas nos documentos de Araxá (1967) com o profissional procurando novos métodos e estratégias de ação adequadas a realidade, e o de Teresópolis (1974) onde a categoria preocupou-se com elementos técnicos e metodológicos da profissão, entre outras referências. O Serviço Social busca fundamentos nos planos nacionais de desenvolvimento, atribuindo a esses as condições de concretização dos objetivos profissionais, daí o destaque para o planejamento social e para a educação popular utilizando como referência Paulo Freire, sob o auspícios do poder estatal, colocados como principais instrumentos de implementação das propostas de participação social na perspectiva da superação da marginalização (ABREU, 2004)

O projeto profissional nos anos de 1980 e 1990 se vincula às lutas sociais da classe trabalhadora e outros segmentos sociais na construção de alternativas para a sociedade, como compromissos profissionais com as lutas das classes subalternas pela defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social conquistas que consubstanciaram o estado de bem-estar cuja a culminância foi a inserção de suas demandas na Constituição Federal como direitos. Destacando as conquistas no tocante a

identidade profissional na elaboração do Código de Ética de 1986, e que se efetivaram com maior superação no Código de Ética de 1993. O compromisso profissional com as lutas da classe trabalhadora, apontam para a superação da ordem burguesa e a construção de uma nova sociedade a qual incorpora a luta por direitos como uma mediação no processo mais amplo da luta emancipatória da sociedade capitalista. Um profissional partindo do pressuposto da totalidade, com um novo perfil capaz de decifrar os novos desafios impostos nos espaços de trabalho, bem como novas demandas da questão social que tem como pano de fundo o ideal neoliberal, enfeixada na globalização, nova forma de acumulação capitalista (IAMAMOTO, 1997).

O Serviço Social influenciado pela Teologia da Libertação<sup>26</sup> e pelo método Paulo Freire, passou a dar maior importância à Educação Popular, principalmente na reconstrução de sua prática pedagógica no trabalho com grupos. No período do Movimento de reconceitualização do Serviço Social, o movimento pela teologia da libertação serviu como uma das mediações mais significativas para a construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas, que considera que o verdadeiro sujeito da libertação é o próprio povo oprimido (ABREU, 2002).

A educação (re) aparece como um valioso instrumento para a formação do sujeito, no contexto das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade atual.

Conforme Almeida, (2001,p. 22):

[...] um dos mais importantes objetivos da educação é contribuir para o desenvolvimento da autonomia, ajudar os alunos a se tornarem moral e intelectualmente livres, aptos a pensar e agir de forma independente.

Neste sentido o projeto profissional realizado de acordo com a perspectiva de defesa, garantia e efetivação de direitos, rompe com o conservadorismo histórico que marca a profissão através de uma pedagogia emancipatória conforme mencionado anteriormente.

Conforme Paulo Freire (1999, p.127):

---

<sup>26</sup> Segundo Abreu, (2002) a teologia da libertação foi formulada pela ala progressista da Igreja no final dos anos 60 e defende o engajamento dos cristãos na luta pela libertação através do método dialético para a análise da realidade.

[...] o sonho que nos anima é democrático e solitário, não é falando aos outros, de cima pra baixo, sobretudo, como se fossemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro fala com ele, mesmo que em certas condições, precise falar a ele [...]

Educação popular é um processo educativo-organizativo, que visa o alcance de seus objetivos, tais quais: conscientização, democratização e participação. Por essa razão o educador popular deve envolver todos os sujeitos no processo de tomada de decisões, para que a participação seja democrática (Informação verbal)<sup>27</sup>.

Ao atuar com base na Educação Popular o assistente social deve estar a serviço das classes populares, “viabilizando reflexões acerca do seu dia-a-dia e contribuindo para a sistematização do saber popular como forma de resistência e luta” (SILVA e SILVA, 1995, p.178).

Sob este aspecto, vale destacar as concepções de educação popular, que são adotadas pelo Programa através da abordagem dos seguintes aspectos, conforme aponta Zapelini (2001, p38):

[..]-Parte da compreensão da criança/adolescente em sua integralidade conforme previsto na doutrina de proteção integral, expressa nos direitos fundamentais assegurados pelo Estatuto.

-Parte da educação popular como orientação política e reflexões sobre seus instrumentos, tarefas e práticas necessárias para que ela possa trabalhar efetivamente, para a construção de relações pautadas na solidariedade, fraternidade e em uma perspectiva de sociedade democrática.

-Superação de interesses individuais na busca de parâmetros fundamentais no interesse da coletividade.

-Transformação das estruturas que geram a exclusão social.

-Envolvimento dos segmentos afetados na área da criança e do adolescente.

-Construção de sujeitos sociais e políticos comprometidos com a construção de novos parâmetros e práticas sociais, tendo por base o respeito aos direitos da criança/adolescente.

A educação popular pode lançar mão de inúmeros instrumentos metodológicos alternativos, dentre eles podemos destacar a arte.

Conforme CRUZ (2004, p.07):

---

<sup>27</sup> Palestra para Educadores Populares, “O que é Educação Popular? Qual o Perfil do educador/a Popular?”: Pe. Wilson Groh.

[...] a arte como um instrumento transformador que interage entre os indivíduos e reflete como ação transformadora no grupo, interferindo no psicológico e no social, seja na fala, na expressão corporal, na poesia, na música, na decoração de suas casas ou espaços onde se abrigam, na expressão gráfica com uma turma de crianças, elas nos dizem quais as necessidades básicas da comunidade, suas visões de mundo, sonhos e desejos de transformação social.

A arte é a ação e o movimento que envolve o corpo, mente e emoção. Para que uma ação seja transformadora deve ser desenvolvida como um todo, buscando caminhos singulares e envolvendo a realidade dos educandos.

Neste sentido CRUZ (2004, p.67) afirma que este processo “trata da interação e percepção dos sujeitos, educador e educando, na construção da sistematização de experiências vivenciadas no cotidiano”.

A autora ainda comenta sobre a relação entre o saber do educador e do educando. Estar aberto ao mundo, o universo do educando, deve ser o objetivo do educador, desse modo o teatro, o desenho e a música; pode ser na verdade um instrumento base, um fio condutor na construção da caminhada do sujeito social, pois “a arte tem a capacidade de resgatar ou construir a cidadania” CRUZ (2004, p.07).

Na oficina SocialArte utilizamos como instrumentos pedagógicos o teatro, a música e o desenho. Entendemos, nesse processo, que o Serviço Social pode adotar como referência pedagógica os benefícios que a arte proporciona para o desenvolvimento dos educandos, bem como para a construção da cidadania. Conforme Almeida (2001, p.14):

[...]ao realizarem atividades artísticas, os educandos desenvolvem auto-estima e autonomia, sentimento de empatia, capacidade de simbolizar, analisar, avaliar e fazer julgamentos e um pensamento mais flexível; também desenvolvem o senso estético e as habilidades específicas da área artística, tornam-se capazes de expressar melhor as idéias e sentimentos, passam a compreender as relações entre partes e todo e a entender que as artes são uma forma diferentes de conhecer e interpretar o mundo.

Segundo a autora os educandos também aprendem que o processo de criar requer decisões, pois “toda a criação envolve muito mais uma atividade de exploração, invenção e tomada de decisão” (ALMEIDA, 2001, p.21). Essa experiência foi desenvolvida nas atividades da Oficina SocialArte, pois os alunos em grupo precisavam constantemente avaliar a adequação e qualidade dos trabalhos e, esse processo eles fizeram o julgamento em conjunto.

Além disso, a arte pode se constituir em importante instrumento de politização.

Conforme CRUZ (2004, p.18):

[...] as artes deveriam servir a interesses políticos e sociais; para discutir questões como diversidade cultural e formas de exclusão social e, desse modo, contribuir para a construção de sentimentos de tolerância, respeito e compaixão entre as pessoas. A arte tem para nós, a função de construir a cidadania valorizando vivências experienciadas, distribuindo as experiências negativas.

Conforme Mendes e Cunha (2001, p.96) “a arte e sociedade são conceitos inseparáveis, portanto, música e sociedade também são; ambas devem ser vistas como instrumentos possíveis para a transformação individual e social”. Desse modo a música é uma arte eminentemente social, portanto, vinculada à sua época e ao seu lugar, suscetível às variações da sociedade. Um veículo que envolve potencialidades do indivíduo “como a capacidade de concentração, a habilidade motora, a percepção auditiva, a capacidade criativa, etc”. MENDES e CUNHA (2001, p.84).

Neste sentido a arte pode ser uma forma de buscar caminhos para construir experiências reflexivas, pois os trabalhos realizados, as apresentações, as músicas e etc, são resultados da reflexão de experiências vivenciadas, na realidade em que vivem os educandos, através das informações adquiridas, entre outras.

Desse modo, é preciso compreender que é necessário estimular a autonomia do educando para que se supere as relações de dominação da sociedade em direção a uma transformação efetiva. O assistente social deve ter claro que educar é ensinar a pensar, refletir, questionar, criar e entender, compreendendo a importância da prática pedagógica emancipadora (FREIRE, 1999).

Conforme CÁRGANO (2003, P.72):

Caráter educativo e organizativo da prática profissional como instrumento para o alcance da participação, quando trabalhamos com a conquista da cidadania, está presente não só o direito a recursos; vai além perpassa pela participação, informação e organização da população usuária para que se ocupe seu espaço no cenário das políticas públicas no processo de luta a para conquista da cidadania.

Como educador social o assistente social deve desenvolver, uma prática pautada na conquista da autonomia, cidadania, equidade e emancipação, procurando promover a



transformação social. Deve considerar que aquisição de cultura, de conhecimento, de socialização e relacionamento também resultam da educação, pois não se resume única e exclusivamente ao aprendizado ou a escolarização. Desse modo, é necessário o assistente social utilizar meios estratégicos que garantam a realização de um novo projeto educacional, vislumbrado através da articulação com técnicos da área da educação, com os movimentos sociais, com a família dos educandos e com os educandos.

GERARDI (2000, p.74) afirma que:

Construir é papel do assistente social, que sendo conhecedor da realidade dos seus usuários e da comunidade em que atua, tem condições de elaborar projetos e/ou programas que sirvam para atender as populações demandarias. Cabe ao assistente social ser arrojado, buscar alicerces para deixar claro a importância de suas idéias e o quanto estas podem ser úteis se realmente vinculadas com a necessidade da comunidade.

O Assistente Social entendido como educador social, necessita conhecer a realidade social onde está desenvolvendo o seu trabalho. Sendo um agente transformador dessa realidade enquanto profissional da educação, que tem como um dos princípios Fundamentais de seu Código de Ética profissional “o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”.

Conforme CÁRGANO (2003, P. 75):

Categoria autonomia e emancipação em relação ao sujeito: relaciona a autonomia e a emancipação à questão da informação, conhecimento, decisão, direitos, escolha, fiscalização e participação política na sociedade. Tem a ver não só com a participação dos usuários, mas com a nossa, enquanto sujeitos na busca da cidadania e da democracia.

Neste sentido, podemos verificar que o nosso código de ética aponta um projeto ético-político com base nas categorias: cidadania, liberdade e democracia. Com a categoria liberdade, se referindo a liberdade na sua plena essência, no seu pleno desenvolvimento, nos remetendo à autonomia e a emancipação dos indivíduos na vivência de sua cidadania e na construção de uma sociedade realmente democrática. PAIVA e SALES (2003)

O alcance e efetividade destas categorias por parte dos indivíduos sociais possibilitam o alcance da justiça social, de uma sociedade mais justa e igualitária. (PAIVA e SALES (2003).

A portando a relevância do nosso compromisso com a sociedade no que diz respeito a cidadania MARTINELLI (1998, p. 142), enfatiza:

Cidadania é pertencimento, cidadania é inclusão, cidadania é usufruto de direitos, é acesso pleno a direitos. Como trabalhadores sociais, precisamos lutar por uma *noção de cidadania na qual não sejamos dimensionados apenas por poder de compra, por ter e não por ser*. Tendo em conta essa realidade, o Assistente Social deve elaborar princípio elaborar e viabilizar projetos que visem efetivar a cidadania plena, através de projetos sociais em várias, frentes, busque negociar e criar formas de enfrentamentos com diversos poderes aos quais está vinculado, e estejam em constante avaliação e decifração da realidade.

Desse modo o assistente social configura-se como um articulador do sistema educacional com a realidade social, com o objetivo de possibilitar mudanças necessárias à realidade escolar, bem como as ações sócio-educativas com crianças e adolescentes, garantindo cidadania plena a essa população como parte do seu cotidiano nos diversos espaços em que se relacionam. Na concretização de seus direitos de cidadãos, compreendendo-se assim, que contribuir para a transformação educacional é contribuir para a transformação da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucas são as pessoas que não encontram dificuldades para escrever as primeiras palavras. Em geral, escrever um trabalho acadêmico de conclusão de curso é uma tarefa árdua e intensa, mesmo que se saiba onde se quer chegar. As leituras realizadas, os estudos de idéias, a lógica dos argumentos, enfim, o quadro de referências teóricas apreendidas no período de estudo é neste momento colocado à prova.

Tendo-se como referência os objetivos propostos neste TCC e posteriormente à exposição dos conhecimentos adquiridos junto a literatura utilizada, pretende-se neste momento tecer algumas considerações finais e avaliar os resultados da execução da Oficina SocialArte de Educação Social, como forma de mediação no processo de trabalho do Serviço Social.

Sob esta perspectiva entendemos que a Oficina SocialArte de Educação Social pode ser utilizada como instrumento de operacionalização. Pois o assistente social como educador social, pode realizar por meio de ações sócio-educativas o recurso da arte-educação no aspecto social, tendo-se como meta a integração da temática referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a violência, educação ambiental, exclusão social entre e outras temáticas.

Cabe ressaltar, que consideramos a realização do estágio curricular no Programa Sócio-educativo em meio aberto: Projeto Esperança extremamente valiosa, pois além de atuar na prática do Serviço Social, obtivemos subsídios para a realização da Oficina SocialArte de Educação Social, no período posterior ao estágio.

Conforme a experiência de estágio obrigatório na instituição em questão entendemos que além dos agentes educacionais (experiências artísticas, jogos e brincadeiras entre outros), faz-se necessário abordar a temática dos direitos da criança e do adolescente. Desse modo, a Oficina buscou oportunizar aos adolescentes um espaço democrático de participação socialização de informações, visando o resgate da cidadania. Entendemos que a Oficina pode ser uma oportunidade de “socialização das informações referente aos direitos sociais” pois conforme (SILVA, 2000, p.114) “uma ação profissional que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade na qual se insere, na direção da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania”.

Foi possível observar que a perspectiva educativa por meio da arte, facilitou no desenvolvimento dos integrantes fortalecendo o vínculo e melhorando a auto-estima, contribuindo assim para uma melhoria das relações interpessoais. Possibilitou também aos adolescentes, um maior reconhecimento de seus direitos e deveres, despertando atitudes críticas e reflexivas, levando os mesmos a perceberem-se enquanto cidadãos.

Diante dessas informações, entendemos que o profissional de Serviço Social como educador social deve ter uma visão ampla, um trabalho especializado e criativo. Insere-se neste contexto o Assistente Social como sendo, um profissional capacitado para formular, avaliar e recriar propostas de intervenção, comprometido com a qualidade de seu trabalho e com o bem estar da demanda atendida.

Visando oferecer um trabalho educativo, para o exercício da cidadania o profissional deve estar embasado nos princípios ético-profissionais enquanto componentes para compreensão da realidade com a qual se está trabalhando e para a possibilidade de atuação por meio de mediações, poderemos estar qualificando nossa ação para além do imediato. Nesse sentido as ações sócio-educativas pensadas na efetivação a cidadania e efetivação dos direitos permitem o estabelecimento de um processo emancipatório que oportuniza os indivíduos se perceberem como sujeitos na sociedade onde estão inseridos e usufruir os bens (materiais e imateriais) nela produzidos.

E finalmente referente ao papel do Serviço Social na área da educação, especificamente no tocante a importância da arte na construção da autonomia da criança e do adolescente, o profissional pode contribuir nessa ação adotando como referência pedagógica os benefícios que a arte proporciona para o desenvolvimento dos educandos, bem como para a construção da cidadania.

A prática profissional do Assistente Social situa-se como uma ação global, permeada por diferentes culturas, comportamentos e etnias, desse modo a Oficina SocialArte de educação Social é uma alternativa no tocante a garantia de direitos com base na informação e socialização de informações. Para que ocorra a real execução dos direitos garantidos pelo ECA, é necessário que profissionais das mais diversas áreas se unam, principalmente no que tange a educação, pois esta, juntamente com a arte são importantes para a cidadania.

Diante do trabalho realizado percebemos que muitas respostas precisam ser respondidas em relação às ações sócio-educativas em Projetos sócio-educativos em meio-aberto, como também nos trabalhos em grupo e por fim no tocante a utilização da arte como instrumento de atuação. Sendo assim, devemos continuar refletindo sobre essas ações na nossa prática, como também nos espaços educacionais, pois ainda não concluímos nosso processo de formação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas\_ aportes da análise gramsciana.** In. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n 51 ANO XVII, Agosto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo. Editora Cortes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n 79, Ano XXV. 2004.

ALMEIDA, Célia Maria de castro. **Concepções e práticas artísticas na escola.** In. O Ensino das Artes. Construindo Caminhos/ Sueli Ferreira (org). 3ª edição. São Paulo. 2001

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Questão Social no Brasil e Serviço Social.** In. Capacitação em Serviço Social e Política Social Módulo 2: CEFESS/ABEPS/SEAD. UnB.1999.

ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO LUIZ. **Estatuto Social,** 2002.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos.** São Paulo, Ed. Cortez. 2003.

BUNN, Ivete Maria. **A Assistência Social São Luis e sua Programação junto à Família e ao Menor.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, 1975.

CÁRGANO, Damares de Fátima Ressel. **Os Princípios éticos e a Mediação na Prática Profissional dos Assistentes Sociais da Prefeitura Municipal de Blumenau.**2003. Dissertação ( Mestrado em Serviço Social).Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. **Criança e Adolescente.**In. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 3. *Programam de Capacitação continuada para Assistentes Sociais.* Brasília, CFESSABEPSS/CEAD/NED- UnB, 2000 (p.184- 201).

COLETÂNIA DE LEIS DO II CONGRESSO PARANAENSE DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação Direito e Cidadania.** Curitiba: CRESS 11º, 2003.

CRUZ, Maria Carmosina Vieira. **Pedagogia do Pé No Chão: Vida e Arte, Construindo Cidadania**. Porto Alegre: Cempthom Comunicação e Consultoria Ltda, Série Saberes da Prática, 2004

EPÍNDOLA, Zélia Terezinha Rocha. **A Assessoria do Serviço Social numa Comunidade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, 1971.

FANTIN, Maristela. **Construindo Cidadania e Dignidade: Experiências populares de educação e organização no Morro do Horácio**. Florianópolis: Insular, 1997.

FALEIROS, Vicente. **Infância e processo político no Brasil**. In. PILOTTI, F; RIZZINI, I. A arte de Governar Crianças: a História das políticas sociais; da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: AMAIS, 1995.

FERNANDES, Idília. **A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social**. IN. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005

FERREIRA E SILVA, Sueli e Silvia Maria Cíntia da. **“Faz o chão pra ela não ficar voando” O Desenho na sala de aula**. In O Ensino das Artes. Construindo Caminhos/ Sueli Ferreira (org). 3ª Edição. São Paulo. 2001

FREIRE, Paulo. **Pedagogia Da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: PAZ e Terra, 1999 (Coleção Leitura).

GRANEMANN, Sara. **Processo De Trabalho e Serviço Social**. In. Capacitação em Serviço Social e Política Social Módulo II: CEFESS/ABEPS/SEAD. UnB, 1999.

GERARDI, Denise Aparecida Michelute. **Serviço Social e educação: uma interface necessária**. Florianópolis: Garapuvu, 2000.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n 62, Março. 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. In: Coleção Debate (CRESS 3 Região). Nº6 Fortaleza. Expressão Gráfica e Editora, dez 1997.

\_\_\_\_\_, Marilda Vilella. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social- 4ª Edição**- São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_, Marilda Vilella, **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez 5ª edição, 2001.

KISNERMAN, Natalio. Sete estudos sobre serviço Social. Trad. Epharain Ferreira Alves. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_, Natalio. **Serviço Social de Grupo**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOROSUE, Aline. **A contribuição do serviço Social na construção de empreendimentos auto-geridos: uma experiência na cooperativa de confecções Institucionais no município de Biguaçu**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em serviço social) Departamento de Serviço Social, UFSC, Fpólis. 2004.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **O Óbvio e o Contraditório da Roda**. In. PRIORI, M(org). História da Criança no Brasil. São Paulo. Contexto, 1991.

LIMA, Telma. Cristiane. Sasso. **A Intervenção Profissional do Serviço Social: propondo o debate sobre Ações Sócio-educativas**. Texto elaborado a partir das discussões presentes no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado e nas discussões junto ao núcleo de estudos coordenado pela Professora Regina Célia Tamaso Miotto. DSS/CSE/UFSC. 23/11/2004.

LUZ. Maria Izaura dos Passos. **Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz e o Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, 1969.

MARTINS, J. B; VIGGIANI, M. **A Fundamentos e recursos Básicos**. A pesquisa qualitativa em psicologia. São Paulo: Moraes, 1989.

MENDES, Adriana; CUNHA, Glória. **Um Universo sonoro nos envolve**. In O Ensino das Artes. Construindo Caminhos/ Sueli Ferreira (org). 3ª Sedição. São Paulo. 2001

OFICINA sobre o ECA. **Paz nas comunidades**. Disponível em:<http://rtprac.prac.ufpb.br/anais/anais/direitoshumanos/eca.pdf>. Acesso em 05 maio 2006.

OLIVEIRA. Raimunda N. Cruz. **A mediação na prática profissional do Assistente Social**. In. Revista Serviço Social e Sociedade, n 26 São Paulo: Cortez, 1988.

OSÓRIO e ZIMERMAN. **Como Trabalhamos com grupos**, 1997.

PAIVA, B. A; SALES, M. A. **A nova ética profissional: práxis e princípios**. In. Coletânea de Textos: 10 Anos do Código de Ética e da Lei de regulamentação da profissão - LEI N° 8662/93 de 07/06/1993. CRESS 12° Região, 2003.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. **As organizações não-governamentais e o trabalho do assistente social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social Módulo 2: CEFESS/ABEPS/SEAD. UnB. 1999.



PEPEQUENO, Andréa. **Serviço Social na área da Educação**. Disponível em: [www.servicosocial.com.br](http://www.servicosocial.com.br). Biblioteca. Acesso em 20 jun. 2006.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

POTIER, Viviane Maria. **Programa Sócio-educativo em meio aberto: Projeto Esperança**. Relatório de Estágio Curricular Obrigatório. Abril. 2006. 163 p.

PROJETO ESPERANÇA, **Projeto Político Pedagógico**, 2005

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 2ª ed. 2004.

RIZZINI, I. **Arte de Governar Crianças**. Instituto Interamericano Del Niño: Universitária Santa Úrsula e AMAIS. Rio de Janeiro, 1995.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **Adolescente com prática de ato infracional: a questão da imputabilidade penal**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.67 ANO XXII, 2001.

SANTOS, Léia Regina. **O Serviço Social na Dinamização do Centro Social São Luis**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, 1974.

SANTOS, Rubia dos. **O trabalho infantil: uma realidade que não pode ser analisada fora do contexto familiar**. In: Revista Katálysis, Florianópolis, n.1 Editora UFSC, 2002.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sócio-política ao redimensionamento de suas funções sociais**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4. Programam de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESSABEPSS/CEAD/NED- UnB, 2000.

SILVA, M.O. da; SILVA, \_\_\_\_\_. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Um novo fazer profissional. IN. **O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Módulo 4. Programam de Capacitação continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESSABEPSS/CEAD/NED- UnB, 2000.

SIMINONATO, Ivete. **Serviço Social e Processo de Trabalho**. In: Curso Formação profissional: um Projeto de Atualização. Caderno de texto. (CRESS-SC 12ª Região) Caderno de texto nº3 Módulo I, Fpólis, 1998.

SOUZA, Marli Palma. **Crianças e adolescentes: absoluta prioridade?** In. Revista Katálysis, Florianópolis, n.2: UFSC, 1998.

VERONESE, Josiane Petry. **Os direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTR, 1999.

VIEIRA, Maria de Lourdes. **A Atuação do Serviço Social na organização de uma Agência de Família**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina, 1963.

YAZBECK, Maria Carmelita. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo**. In Capacitação em Serviço Social e política Social- Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, CFESS- ABEPSS-CEAD-EnB, 2000.

ZAPELINI, Andréa de Farias. **Programa Sócio-Educativo Morro do Horácio Um Desafio para o Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Universidade do Sul de Santa Catarina/UNISUL, 2001.

ANEXOS

## ANEXO A

### ESTATUTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO LUIZ

Da denominação, finalidade, sede e foro

**Artigo 1º:** A Assistência Social São Luiz, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, de duração ilimitada e de caráter assistencial e filantrópico, visando a promoção humana e a capacitação de recursos humanos, sem qualquer forma de discriminação, e tendo sua sede e foro na cidade de Florianópolis, neste estado, passará a reger se por este estatuto e pelas leis que lhe forem aplicáveis.

#### DA ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 2º:** A Assistência Social São Luiz, será administrada pela Assembléia Geral, pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal.

**Parágrafo único** - A Assembléia Geral, órgão soberano da entidade, será composta por todas as pessoas da comunidade associadas e interessadas em contribuir, de alguma forma, para manutenção e desenvolvimento da comunidade.

**Artigo 3º** - A Assembléia Geral, se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente sempre que a Diretoria julgar conveniente, ou a requerimento de, pelo menos, vinte (20) sócios.

**Prágrafo único** - A Assembléia Geral será convocada através do edital, afixado em sua sede de Entidade e divulgado na imprensa local, com antecedência mínima de Quinza (15) dias, instalando-se, em primeira convocação, na hora marcada, com a presença da maioria dos seus membros ou, meia hora mais tarde, com qualquer número de sócios, sendo suas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos presentes.

**Artigo 4º**- Compete a Assembléia Geral: Eleger a Diretoria; Decidir sobre a reforma dos Estatutos; a Extinção da Entidade e alienação e hipotE.C.A de bens e imóveis; apreciar relatórios, planejamentos, contas e previsões orçamentária apresentada pela Diretoria.

**Artigo 5º** - A Diretoria será constituída por um Presidente um secretário e um tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de dois (2) anos, podendo ser reeleitos.

**Artigo 6º** - O Conselho Fiscal será composto por três (3) membros efetivos e três (3) suplentes, eleitos Também pela Assembléia Geral para um mandato de dois (2) anos, podendo ser reeleitos.

**Parágrafo único** - Os cargos da diretoria e do Conselho Fiscal serão exercidos gratuitamente.

**Artigo 7º** - A Assistência Social São Luiz, será representada ativa, passiva, judicial e extra judicialmente pelo Presidente, a quem compete abrir e movimentar contas bancárias, receber subvenções e auxílios governamentais e particulares; Assinar contratos, convênios e outros documentos que envolvam a responsabilidade jurídica da Entidade; contratar e demitir pessoal; constituir advogados; assinar procurações; delegando poderes,

enfim, praticar todo e qualquer ato necessário ao desempenho de suas funções e no Interesse da Entidade.

**Parágrafo único** - O Presidente será substituído em caso de impedimentos e sucedido em caso de vacância, pelo secretário.

## DO PATRIMÔNIO E DA RENDA

**Artigo 8º** - A Assistência Social São Luiz se manterá com os recursos de seu patrimônio constituído pelos seus bens Móveis e imóveis que possua ou venha a Possuir, bem como pela renda de títulos, contribuição de associados, legados, donativos, auxílios, subvenções oficiais ou particulares, e demais bens e direitos.

**Artigo 9º** - Aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

**Artigo 10º** - Não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio sob nem uma forma.

**Artigo 11º** - As subvenções e doações recebidas serão aplicadas nas finalidades que esteja vinculadas.

## DA EXTINÇÃO

**Artigo 12º** - A Assistência Social São Luiz poderá ser extinta por decisão da Assembléia Geral, reunida especialmente para este fim, ou por determinação legal. extinta a Entidade, os bens remanescentes, após saldados as dívidas, respeitadas as doações condicionais, serão destinados a uma entidade com gênero devidamente registrada, no conselho nacional de Assistência Social.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 13º** - A Assistência Social São Luiz tem personalidade distinta de seus membros, que não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas em nome da entidade

**Artigo 14º** - É vedada a distribuição de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes ou associados, sob qualquer forma ou pretexto, devendo sua receitas serem aplicadas integralmente no País e, o eventual superávit ser revertido para o atendimento e aplicação de suas atividades.

**Artigo 15º** - O Presente Estatuto que revoga todos os anteriores, entrará em vigor na data de seu completo registro no cartório de registro de Pessoas Jurídicas desta Comarca, e somente poderá ser reformado, total ou parcialmente, por decisão da Assembléia Geral especialmente reunida para este fim.

**Artigo 16º** - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

## DASDISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Artigo 17º** - Constituem a atual diretoria, cujo mandato se encerrará em 07/04/2004, em conformidade com o Artigo 5º:

Presidente - **Pe. José Artulino Besen, Brasileiro, solteiro, Religioso, SPF: 289.004.139 -53**

Secretário - Maria Domingos Lúcio, Brasileira, Casada, Leiga, CPF : 375.533.139 - 4

Tesoureiro - Fábio de Moura e Silva Lins, Brasileiro, Casado, leigo CPF: 002.275.289 - 72

**Artigo 18º** - Integram o Conselho Fiscal, com mandato até dia 07/05/2004 de acordo com o Artigo 6º.

Efetivos: Olinda Bandeira Valles

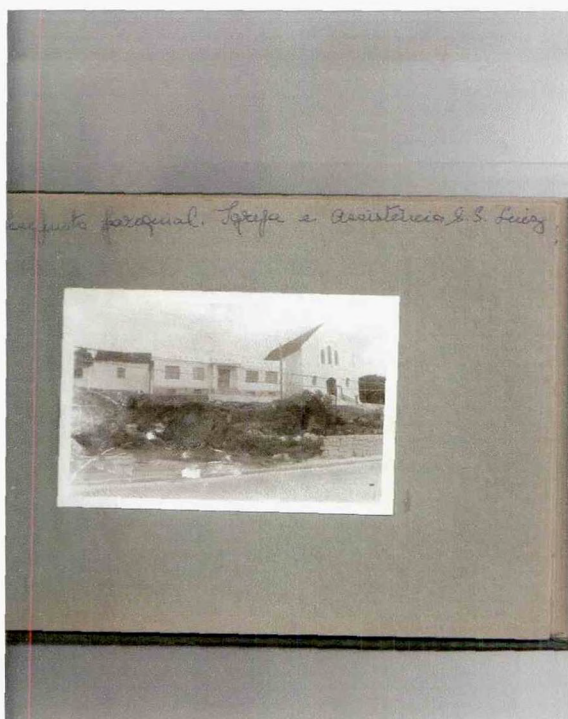
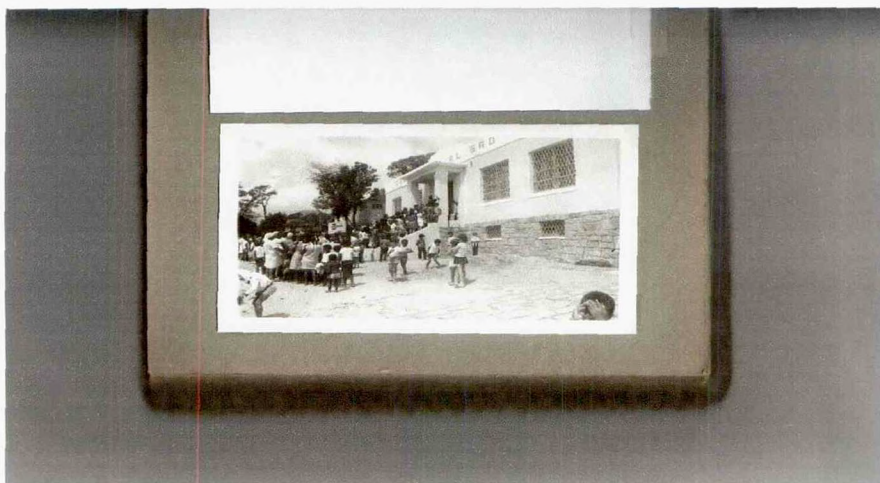
Suplentes: Não há

*Florianópolis 07 de  
maio de 2002*

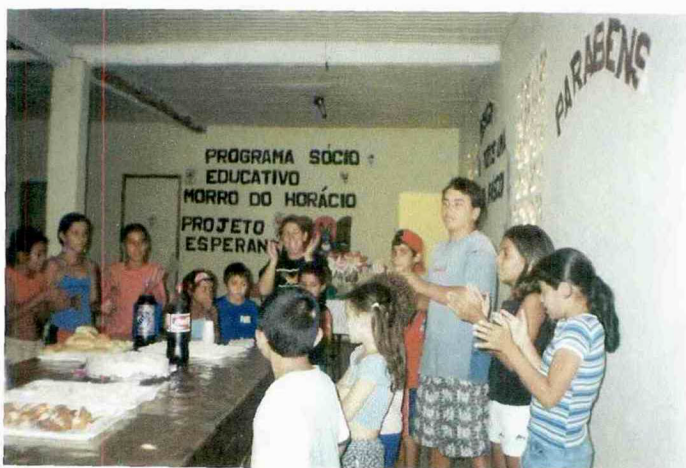
Presidente:

Advogado:

ANEBO B

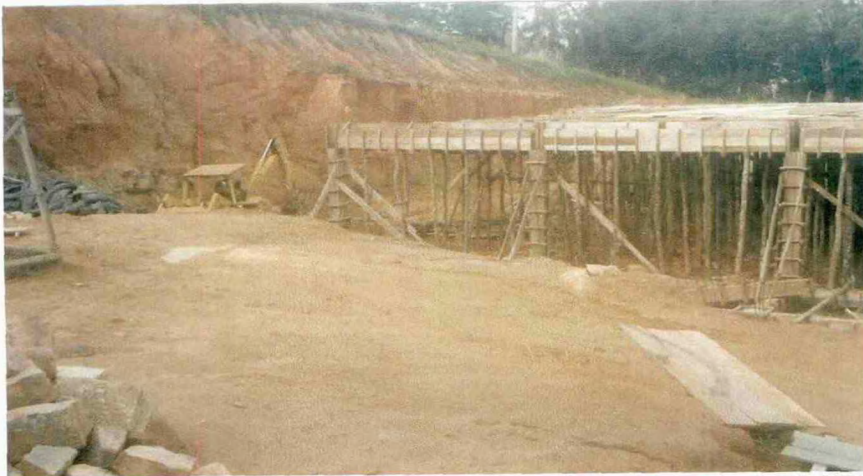


**ANEXO C**





ANEXO D



## ANEXO E

Entrevista realizada pela estagiária de Serviço Social da Paróquia N<sup>ra</sup> Sr<sup>a</sup> de Lourdes e São Luiz Gonzaga\_ Assistência Social São Luiz

**Informativo Pessoal e Confidencial da Criança e/ou Adolescente**

Nome do Entrevistador: _____
Data: ____ / ____ / ____ Hora: ____ : ____ Duração: _____

**1. Identificação da Localidade e do Entrevistado**

1.1_ Setor da Localidade: _____ - Agronômica
1.2_ Nome do Entrevistado: _____ Conhecido por(apelido): _____
Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ Idade: _____ Certidão de Nascimento Sim ( ) Não ( )
Carteira de Identidade/ RG Sim ( ) Não ( ) _____
Bolsista do PETI: Sim ( ) Não ( )
1.3: Endereço da casa:
( ) Rua ( ) Servidão ( ) Beco sem nome ( ) Travessa _____
Ponto de Referência _____
Nº da Casa: _____ Telefone: _____
Tipo da casa: ( ) Alvenaria ( ) Madeira ( ) Mista ( ) Outro
A casa é: ( ) Alugada ( ) Própria ( ) Cedida
A casa possui Banheiro: ( ) Sim, dentro de casa ( ) Sim, fora de casa ( ) Não

**2. Informativo Pessoal e Confidencial**

Tipo Sanguíneo: _____ Fator RH: _____
Assistência Médica Convênio ( ) Qual? _____ SUS ( ) Particular ( )
2.1_ Pratica algum tipo de Esporte? Qual? _____
Além da escola e do Projeto, costuma freqüentar: Igreja ( ) Clube ( ) Grupos da Comunidade ( ) Outros ( )
Qual? _____

**3. Identificação do Responsável**

Responsável: _____ RG: _____
Rua e Nº da Casa: _____ Telefone: _____
Comunidade: _____ Bairro: _____

**4. Dados da Família:**

Nome do Pai: _____
Nome da Mãe: _____
Situação conjugal dos pais: _____
Padrasto: _____
Nome da Madrasta: _____

Nº de pessoas que moram na casa: ( ) Quem são: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Responsável pela família que residem na casa: ( ) Pai e Mãe ( ) Pai ( ) Mãe ( ) Outros: \_\_\_\_\_  
Quantas pessoas trabalham na casa: \_\_\_\_\_ Atividades: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Existe um momento de conversa entre a família: ( ) Sim ( ) Não  
Quando: \_\_\_\_\_

Participa das atividades de Lazer realizadas com a família: ( ) Sim ( ) Não  
O que faz: \_\_\_\_\_

### 5. Comunidade

Fale sobre a Comunidade: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### 6. Projeto Esperança

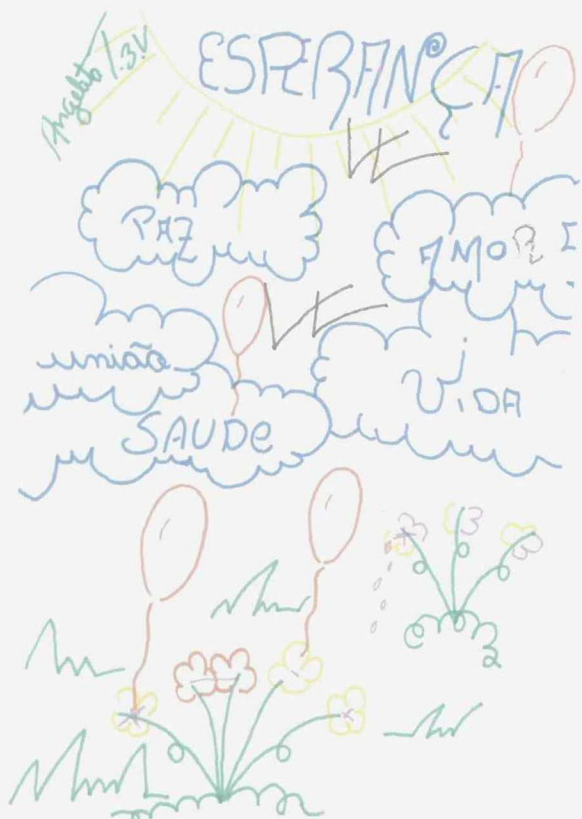
Período: \_\_\_\_\_  
Como conheceu o Projeto: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Quanto tempo frequenta o Projeto: \_\_\_\_\_  
Antes de participar do Projeto o que você fazia: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Descreva o Projeto: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ANEXO F



ANEXO G



## ANEXO H

### **ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente**

O Estatuto, aprovado pelo Congresso Nacional, é o resultado de muitos debates realizados pelos mais diferentes setores organizados da população brasileira, inclusive infantis e juvenis, a partir de experiências de trabalho com a infância e a adolescência, principalmente, levando em conta a situação dramática em que se encontram milhões de crianças e adolescentes. A Assembléia Nacional Constituinte referendou duas emendas populares com mais de 1,5 milhão de assinaturas de adultos, crianças e adolescentes e inscreveu (registrou) na Constituição Federal de 1988 o seu artigo 227:

Art. 227º É dever (obrigação) da família, da sociedade e do Estado assegurar (garantir) à criança e ao adolescente, com absoluta (total) prioridade (preferência), o direito à vida, à saúde, à alimentação á educação, ao lazer, á profissionalização, á cultura, á dignidade, ao respeito, á liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Posteriormente (depois) regulamentado com a promulgação (publicação) do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, em 13 de julho de 1990.

A partir do ECA, crianças e adolescentes, sem distinção de raça, cor, classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, considerados em sua condição de pessoas em desenvolvimento e a quem se deve prioridade absoluta.

O Estatuto da criança e do adolescente considera o direito dessas pessoas de conhecerem os benefícios sociais produzidos pela sociedade, desenvolvendo-se inteiramente como cidadãos. Dentro desses benefícios podemos destacar o acesso e permanência na escola e outras redes sociais, que contemplem a doutrina da proteção integral como os projetos sócio-educativos como é o caso do Projeto Sócio-educativo em meio aberto: Projeto Esperança.

Alguns direitos merecem destaque: o direito de ouvir e ser ouvido, sendo desta forma, capazes de expressarem suas opiniões e argumentos, bem como, críticas, sugestões etc. Direito ao espaço físico que favoreça suas necessidades e características ou seja, que

seja possível a prática de esporte e brincadeiras. Direito à liberdade, ao respeito e a dignidade. Podemos destacar os seguintes aspectos que compreende o direito a liberdade (E.C.A – art. 16):

- Direito de ir e vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvados as restrições legais; (em todos os espaços da cidade, sendo permitido pelas autoridades a presença de menores de idade nesses locais).
- Direito à opinião e expressão;
- Direito à crença e culto religioso; (respeito à religião do outro).
- Direito de brincar, praticar esportes e divertir-se;
- Direito de participar da vida comunitária sem discriminação.

O direito ao respeito (E.C.A – art. 17) consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, compreendendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças dos espaços e objetos pessoais.

Segundo o Estatuto deve existir a formação de Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, a nível nacional, estadual e municipal. Esses conselhos participarão das decisões e controlarão todas as ações ligadas ao cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Cada município deve ter um Conselho Tutelar que é encarregado de cuidar dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O Projeto Esperança é uma instituição que realiza projetos de desenvolvimento, de educação e direitos humanos, assim estudaremos os direitos fundamentais garantidos pelo ECA. São eles: o Direito à Vida, Direito à Saúde, Direito à Dignidade, Direito à Convivência Familiar, Direito à Educação, Direito à Cultura, Direito ao Esporte e o Direito ao Lazer.